

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	15
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
Total	9.183.458
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	453.996	652.910
1.01	Ativo Circulante	81.484	40.612
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.543	8.895
1.01.03	Contas a Receber	50.435	3.722
1.01.03.01	Clientes	50.435	3.722
1.01.04	Estoques	695	2.673
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.218	8.291
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.218	8.291
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.593	17.031
1.01.08.03	Outros	16.593	17.031
1.02	Ativo Não Circulante	372.512	612.298
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.835	4.604
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	182	128
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	182	128
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.653	4.476
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.653	4.476
1.02.02	Investimentos	351.677	592.181
1.02.02.01	Participações Societárias	351.677	592.181
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	88.601	121.851
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	203.677	413.221
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	57.640	55.353
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.759	1.756
1.02.03	Imobilizado	16.000	15.513
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.000	15.513

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	453.996	652.910
2.01	Passivo Circulante	29.744	26.963
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	423	239
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	423	239
2.01.02	Fornecedores	8.909	6.902
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.909	6.902
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.446	821
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	940	599
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	940	599
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	80	157
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	426	65
2.01.05	Outras Obrigações	18.912	18.907
2.01.05.02	Outros	18.912	18.907
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.692	18.692
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	220	215
2.01.06	Provisões	54	94
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54	94
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	54	94
2.02	Passivo Não Circulante	317.563	317.603
2.02.02	Outras Obrigações	212.000	212.000
2.02.02.02	Outros	212.000	212.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	212.000	212.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.312	97.380
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.312	97.380
2.02.04	Provisões	8.251	8.223
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.251	8.223
2.03	Patrimônio Líquido	106.689	308.344
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-260.294	-94.179
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.958	48.498

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	28.633	58.497	4.972	27.310
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.218	-48.873	-5.466	-21.688
3.03	Resultado Bruto	5.415	9.624	-494	5.622
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.290	-176.133	89.451	16.727
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.469	-6.890	-2.446	-6.717
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	18	86	163
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16	-35	-11	-2.349
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13.805	-169.226	91.822	25.630
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.875	-166.509	88.957	22.349
3.06	Resultado Financeiro	218	781	277	-2.384
3.06.01	Receitas Financeiras	234	836	287	1.498
3.06.02	Despesas Financeiras	-16	-55	-10	-3.882
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.657	-165.728	89.234	19.965
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-286	-387	0	-2.061
3.08.01	Corrente	-286	-387	0	-2.061
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.943	-166.115	89.234	17.904
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.943	-166.115	89.234	17.904
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,1917	-18,0107	9,7172	1,9496
3.99.01.02	PNA	-1,1917	-18,0107	9,7172	1,9496
3.99.01.03	PNB	-1,1917	-18,0107	9,7172	1,9496
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0	0	9,7172	1,9496
3.99.02.02	PNA	0	0	9,7172	1,9496
3.99.02.03	PNB	0	0	9,7172	1,9496

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.943	-166.115	89.234	17.904
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-12.101	-35.540	5.307	50.720
4.02.01	Equivalênica Patrimonial sobre Obrigação Atuarial sobre Benefícios Definido	-12.101	-35.540	5.307	50.720
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.044	-201.655	94.541	68.624

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.315	13.191
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	18.795	31.554
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-43.777	-23.351
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-7.265	-6.122
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	522	939
6.01.06	Pagamentos de Encargos da Dívida	0	-1.304
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	31.791	16.127
6.01.08	Impostos e Contribuições	-2.360	-3.459
6.01.10	Outros Pagamento/Recebimentos	-1.021	-1.193
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37	-581
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-2	-4
6.02.02	Aquisição de Investimentos	0	-577
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-35	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-85.000
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	0	-85.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.352	-72.390
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.895	88.787
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.543	16.397

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-166.115	-35.540	-201.655
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-166.115	0	-166.115
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-35.540	-35.540
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-35.540	-35.540
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-260.294	12.958	106.689

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-29.222	0	-31	-29.253
5.04.06	Dividendos	0	0	-29.222	0	0	-29.222
5.04.08	Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	-31	-31
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.904	50.720	68.624
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.904	0	17.904
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	50.720	50.720
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	50.720	50.720
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	2.050	17.296	92.014	465.385

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	65.913	30.772
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-45.891	-22.356
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.405	-20.186
7.02.04	Outros	514	-2.170
7.03	Valor Adicionado Bruto	20.022	8.416
7.04	Retenções	-101	-107
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-101	-107
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.921	8.309
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-168.390	27.128
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-169.226	25.630
7.06.02	Receitas Financeiras	836	1.498
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-148.469	35.437
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-148.469	35.437
7.08.01	Pessoal	8.902	7.966
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.858	7.763
7.08.01.02	Benefícios	44	203
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.937	5.638
7.08.02.01	Federais	6.599	5.015
7.08.02.02	Estaduais	1.338	623
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	807	3.929
7.08.03.01	Juros	55	3.882
7.08.03.02	Aluguéis	752	47
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-166.115	17.904
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-166.115	17.904

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.461.639	2.434.831
1.01	Ativo Circulante	593.610	520.802
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62.278	96.786
1.01.02	Aplicações Financeiras	295	295
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	295	295
1.01.03	Contas a Receber	395.289	308.840
1.01.03.01	Clientes	395.289	308.840
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	395.289	308.840
1.01.04	Estoques	22.046	34.615
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.286	29.307
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.286	29.307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	73.416	50.959
1.01.08.03	Outros	73.416	50.959
1.02	Ativo Não Circulante	1.868.029	1.914.029
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	882.174	819.877
1.02.01.03	Contas a Receber	49.376	54.097
1.02.01.03.01	Clientes	49.376	54.097
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.207	22.199
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	17.207	22.199
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	815.591	743.581
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	16.012	12.628
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	797.813	729.119
1.02.01.09.09	Demais Créditos	1.766	1.834
1.02.02	Investimentos	658.457	684.537
1.02.02.01	Participações Societárias	382.342	408.422
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	322.943	351.313
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	59.399	57.109
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	276.115	276.115
1.02.03	Imobilizado	123.390	138.507
1.02.04	Intangível	204.008	271.108

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.461.639	2.434.831
2.01	Passivo Circulante	1.041.609	897.302
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.679	35.124
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37.679	35.124
2.01.02	Fornecedores	393.761	344.101
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	393.761	344.101
2.01.03	Obrigações Fiscais	169.061	118.091
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.472	15.891
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.152	8.138
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	12.320	7.753
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	147.476	101.138
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.113	1.062
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	54.220	119.207
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	54.220	119.207
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	54.220	119.207
2.01.05	Outras Obrigações	381.638	275.929
2.01.05.02	Outros	381.638	275.929
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	29.595	32.233
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	40.313	30.193
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	64.310	66.075
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	220.491	121.144
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	26.929	26.284
2.01.06	Provisões	5.250	4.850
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.250	4.850
2.02	Passivo Não Circulante	1.083.518	994.765
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	201.991	142.141
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	201.991	142.141
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	201.991	142.141
2.02.02	Outras Obrigações	664.161	639.820
2.02.02.02	Outros	664.161	639.820
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	308.218	286.670
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	138.376	127.908
2.02.02.02.07	Fornecedores	1.138	4.552
2.02.02.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	2.420
2.02.02.02.09	Outras Obrigações	216.429	218.270
2.02.03	Tributos Diferidos	145.753	145.822
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	145.753	145.822
2.02.04	Provisões	71.613	66.982
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	71.613	66.982
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	336.512	542.764
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-260.294	-94.179
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.958	48.498
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	229.823	234.420

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	487.780	1.363.607	428.261	1.262.393
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-453.382	-1.310.394	-238.972	-985.443
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-345.092	-983.547	-131.948	-651.571
3.02.02	Custo de Operação	-85.124	-277.974	-98.879	-309.023
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-23.166	-48.873	-8.145	-24.849
3.03	Resultado Bruto	34.398	53.213	189.289	276.950
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.020	-181.711	-68.002	-199.444
3.04.01	Despesas com Vendas	-20.242	-63.070	-18.937	-84.110
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.275	-115.812	-41.453	-118.233
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.446	66.640	11.322	45.363
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.122	-48.588	-25.838	-60.370
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.173	-20.881	6.904	17.906
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.622	-128.498	121.287	77.506
3.06	Resultado Financeiro	-8.945	-22.485	-6.936	-19.668
3.06.01	Receitas Financeiras	10.350	30.077	6.804	22.729
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.295	-52.562	-13.740	-42.397
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.567	-150.983	114.351	57.838
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	106	-7.473	-20.350	-29.092
3.08.01	Corrente	106	-7.473	-20.350	-29.092
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.461	-158.456	94.001	28.746
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-10.461	-158.456	94.001	28.746
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.943	-166.115	89.234	17.904
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	482	7.659	4.767	10.842
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,1917	-18,0894	9,7172	1,9496
3.99.01.02	PNA	-1,1917	-18,0894	9,7172	1,9496
3.99.01.03	PNB	-1,1917	-18,0894	9,7172	1,9496

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-10.461	-158.456	94.001	28.746
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-12.101	-35.540	5.307	50.720
4.02.01	Ganho pela Reversão da Obrigação Atuarial sobre Benefícios Pós Emprego CPC 33 (R1)	-12.101	-35.540	5.307	50.720
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-22.562	-193.996	99.308	79.466
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-23.044	-201.655	94.541	68.624
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	482	7.659	4.767	10.842

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.929	140.302
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	1.685.137	1.672.054
6.01.02	Resgate do Fundo de Aplicação - FIP Corumbá	0	3.760
6.01.03	Rendimento de Aplicações Financeiras	5.111	9.587
6.01.04	Ressarcimentodo Custo de Energia - Recursos da CDE e CVA	34.666	160.003
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	15.325	13.642
6.01.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	13.925	10.341
6.01.07	Outros Recebimentos	105	56
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-198.643	-211.524
6.01.09	Fornecedores - Energia Elétrica	-917.554	-847.954
6.01.10	Contribuição de Iluminação Pública	-34.000	-64.700
6.01.11	Sálarios e Encargos Sociais	-209.970	-195.443
6.01.12	Pagamentos de Encargos da Dívida	-16.979	-21.733
6.01.13	Impostos, Taxas e Contribuições	-294.895	-334.020
6.01.14	Encargos Setoriais	-22.821	-24.532
6.01.15	Constituição de Caução - CCEE	-19.917	-13.448
6.01.16	Outros Pagamentos	-21.561	-15.787
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-34.052	-69.885
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-34.050	-69.304
6.02.03	Aquisição de Investimentos	0	-577
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-2	-4
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-18.385	-154.090
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-10.523	-8.779
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	174.443	56.720
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-181.385	-202.031
6.03.04	Custo da Transação - Captação de Empréstimos	-920	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.508	-83.673
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.786	182.289
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.278	98.616

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-12.256	-12.256
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-12.256	-12.256
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-166.115	-35.540	-201.655	7.659	-193.996
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-166.115	0	-166.115	7.659	-158.456
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-35.540	-35.540	0	-35.540
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-35.540	-35.540	0	-35.540
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-260.294	12.958	106.689	229.823	336.512

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014	230.124	656.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014	230.124	656.138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-29.222	0	-31	-29.253	-6.519	-35.772
5.04.06	Dividendos	0	0	-29.222	0	0	-29.222	-6.519	-35.741
5.04.08	Perda na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	-31	-31	0	-31
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.904	50.720	68.624	10.842	79.466
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.904	0	17.904	10.842	28.746
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	50.720	50.720	0	50.720
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	50.720	50.720	0	50.720
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	2.050	17.296	92.014	465.385	234.447	699.832

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	1.851.986	1.682.639
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.751.135	1.564.668
7.01.02	Outras Receitas	16.202	7.750
7.01.02.01	Ganho na Alienação de Ativo Imobilizado	1.692	-100
7.01.02.02	Outras Receitas	14.510	7.850
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	102.100	148.922
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.451	-38.701
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.250.827	-963.712
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-983.547	-651.571
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-143.066	-122.005
7.02.04	Outros	-124.214	-190.136
7.02.04.01	Custo de Construção	-102.100	-148.922
7.02.04.02	Outros	-22.114	-41.214
7.03	Valor Adicionado Bruto	601.159	718.927
7.04	Retenções	-39.895	-36.828
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.895	-36.828
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	561.264	682.099
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.196	40.635
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20.881	17.906
7.06.02	Receitas Financeiras	30.077	22.729
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	570.460	722.734
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	570.460	722.734
7.08.01	Pessoal	144.737	137.730
7.08.01.01	Remuneração Direta	105.907	95.395
7.08.01.02	Benefícios	38.830	42.335
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	500.923	484.436
7.08.02.01	Federais	217.639	217.379
7.08.02.02	Estaduais	283.284	267.057
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	83.256	71.822
7.08.03.01	Juros	52.562	42.397
7.08.03.02	Aluguéis	30.694	29.425
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-158.456	28.746
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-166.115	17.904
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	7.659	10.842

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
3º Trimestre de 2014

1

O relatório de desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e suas controladas descritas na nota explicativa nº. 1 das Informações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2014.

DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

Quantidade de Consumidores por Classe

Classe de Consumidores	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	Consumidores				
	3T14	2T14	3T13		
Residencial	847.919	838.832	816.015	1,1%	3,9%
Comercial	106.258	105.675	104.180	0,6%	2,0%
Rural	10.053	10.009	9.919	0,4%	1,4%
Poder Publico	6.049	5.956	5.502	1,6%	9,9%
Industrial	1.689	1.696	1.709	(0,4%)	(1,2%)
Serviço Público	314	319	284	(1,6%)	10,6%
Iluminação Pública	19	19	19		
(=) Fornecimento faturado	972.301	962.506	937.628	1,0%	3,7%
Consumo Próprio	50	46	46	8,7%	8,7%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	972.351	962.552	937.674	1,0%	3,7%

	Trimestres							
Classe de Consumidores	MWh			Δ Trim.	Δ Ano	MWh		Δ Ano
	3T14	2T14	3T13			9M14	9M13	
Residencial	569.300	551.797	544.479	3,2%	4,6%	1.711.275	1.618.911	5,7%
Comercial	498.595	502.901	483.141	(0,9%)	3,2%	1.515.134	1.466.121	3,3%
Poder Publico	147.506	157.808	159.796	(6,5%)	(7,7%)	466.599	467.235	(0,1%)
Iluminação Pública	105.168	104.028	101.047	1,1%	4,1%	311.672	300.838	3,6%
Serviço Público	92.121	89.590	109.020	2,8%	(15,5%)	265.979	269.567	(1,3%)
Industrial	55.022	60.418	63.598	(8,9%)	(13,5%)	176.255	184.693	(4,6%)
Rural	44.031	36.377	48.453	21,0%	(9,1%)	113.451	113.568	(0,1%)
(=) Fornecimento faturado	1.511.743	1.502.919	1.509.534	0,6%	0,1%	4.560.365	4.420.933	3,2%
Consumo Próprio	425	470	480	(9,6%)	(11,5%)	1.401	1.415	(1,0%)
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.512.168	1.503.389	1.510.014	0,6%	0,1%	4.561.766	4.422.348	3,2%

No 3T14 a base de consumidores apresentou um aumento de 3,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao 2T14 a base de consumidores elevou-se em 1,0% atingindo um total de 972.301 mil consumidores (desconsiderando o Consumo Próprio) ao final do 3T14. Do total de Consumidores no final do 3T14, 87% pertencia à classe Residencial, 11% à classe Comercial e os demais consumidores representavam 2%.

A quantidade de energia fornecida no 3T14 atingiu 1.512.038 MWh (desconsiderando o Consumo Próprio) e apresentou um aumento de 0,2% quando comparado ao 3T13 (1.509.534 MWh). Em comparação ao 2T14 o fornecimento de energia teve um incremento de 0,6%. No acumulado dos 9M14 a energia fornecida totalizou 4.560.365 MWh um acréscimo de 3,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior (4.420.934 MWh nos 9M13).

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
3º Trimestre de 2014

2

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A Receita Operacional Bruta consolidada no 3T14 totalizou R\$ 658,3 milhões, R\$ 77,9 milhões superior à receita obtida no 3T13 (13,4%). Em relação ao 2T14 o crescimento foi de R\$ 29,7 milhões (4,7%). Desconsiderando a Receita de Construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta foi de R\$ 629,5 milhões, um acréscimo de R\$ 94,5 milhões (17,7%) quando comparado ao 3T13 e em relação ao 2T14 o aumento foi de R\$ 36,3 milhões (6,1%).

	Trimestres							
Receita Bruta - R\$ Mil	3T14	2T14	3T13	Δ Trim.	Δ Ano	9M14	9M13	Δ Ano
Fornecimento de Energia Elétrica	483.602	460.929	440.560	4,9%	9,8%	1.381.093	1.300.988	6,2%
Energia de Curto Prazo	84.324	88.057	58.408	(4,2%)	44,4%	215.329	154.282	39,6%
Receita de Construção	28.829	35.505	45.495	(18,8%)	(36,6%)	102.100	148.922	(31,4%)
Receita de Prestação de Serviços	32.986	19.053	7.787	73,1%	323,6%	67.906	34.289	98,0%
Aporte de Recursos CDE	9.730	4.541	7.544	114,3%	29,0%	27.023	15.609	73,1%
Suprimento de Energia	6.948	8.768	7.955	(20,8%)	(12,7%)	24.972	21.971	13,7%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	4.248	4.223	3.717	0,6%	14,3%	12.200	13.161	(7,3%)
Receita de Venda de Gás	1.162	1.181	1.431	(1,6%)	(18,8%)	3.473	4.268	(18,6%)
Outras Receitas	6.548	6.408	7.495	2,2%	(12,6%)	19.139	20.100	(4,8%)
Receita Operacional Bruta	658.377	628.665	580.392	4,7%	13,4%	1.853.235	1.713.590	8,1%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(170.597)	(163.057)	(152.131)	4,6%	12,1%	(489.628)	(451.197)	8,5%
Receita Operacional Líquida	487.780	465.608	428.261	4,8%	13,9%	1.363.607	1.262.393	8,0%

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

No 3T14 a receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$ 483,6 milhões, R\$ 43,0 milhão (9,8%) superior em relação à receita obtida no 3T13 (R\$ 440,5 milhões), em linha com o aumento no volume de energia fornecida, que apresentou um aumento de 0,2% e também em função do reajuste tarifário concedido pela ANEEL no percentual de 18,88% e que passou a ser aplicado a partir de 26 de agosto de 2014. Em relação ao 2T14 a variação foi positiva no montante de R\$ 22,6 milhões (4,9%). Nos 9M14 o fornecimento de energia elétrica atingiu o montante de R\$ 1.381,0 bilhões, 6,2% superior à receita gerada nos 9M13 (R\$ 1.300,9 bilhões).

	Trimestres							
Consumidores	MWh			R\$ mil			Δ Trim.	Δ Ano
	3T14	2T14	3T13	3T14	2T14	3T13		
Residencial	569.300	551.797	544.479	189.005	175.144	166.817	7,9%	13,3%
Comercial	498.595	502.901	483.141	162.430	158.132	146.186	2,7%	11,1%
Poder Publico	147.506	157.808	159.795	53.363	54.595	53.353	(2,3%)	0,0%
Industrial	55.022	104.028	63.599	19.233	19.616	19.600	(2,0%)	(1,9%)
Serviço Público	92.121	89.590	109.019	21.669	18.913	21.791	14,6%	(0,6%)
Iluminação Pública	105.168	60.418	101.046	19.226	17.557	16.350	9,5%	17,6%
Rural	44.031	36.377	48.453	9.405	7.545	9.254	24,7%	1,6%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.511.743	1.502.919	1.509.532	474.331	451.502	433.351	5,1%	9,5%
Consumo Próprio	425	506	465					
Fornecimento Não Faturado Líquido				9.271	9.427	7.209	(1,7%)	28,6%
Total - Fornecimento de Energia Elétrica	1.512.168	1.503.425	1.509.997	483.602	460.929	440.560	4,9%	9,8%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

3º Trimestre de 2014

3

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Apresentou um aumento de R\$ 25,1 milhões (323,6%) no 3T14 em relação à receita obtida no 3T13. Na comparação com o 2T14 o acréscimo foi de R\$ 13,9 milhões (73,1%), o aumento foi motivado pelo maior nível de obras realizadas no período e pela renovação dos contratos de obras com o Governo do Distrito Federal no final do 4T13. No acumulado dos 9M14 a receita atingiu um total de R\$ 67,9 milhões 98,0% superior à receita gerada no mesmo período do ano anterior (R\$ 34,2 milhões).

SUPRIMENTO DE ENERGIA

A receita de Suprimento de Energia no 3T14 foi de R\$ 6,9 milhões (R\$ 7,9 milhões no 3T13), uma redução de R\$ 1,0 milhão (-12,7%). Em relação ao 2T14 apresentou uma redução de R\$ 1,8 milhão (-20,8%).

ENERGIA DE CURTO PRAZO

A receita de Energia de Curto Prazo no 3T14 atingiu 84,3 milhões, R\$ 25,9 milhões (44,4%) superior à receita registrada no 3T13. Em relação ao 2T14, ocorreu uma redução de R\$ 3,7 milhões (-4,2%). O aumento em relação ao 3T13 foi influenciado pela sobra de energia maior que a prevista e pelo aumento PLD médio ao final do 3T14, que apresentava um valor de R\$ 709,53 reais (R\$ 266,16 ao final do 3T14). No acumulado dos 9M14 a receita de Energia de Curto Prazo totalizou R\$ 215,3 milhões contra R\$ 154,8 milhões ao final dos 9M13.

OUTRAS RECEITAS

A variação entre os trimestres apresentou-se estável, sendo que a rubrica de Arrendamento e Aluguéis é a que apresenta maior volume de receita neste grupo.

R\$ Mil	Trimestres					9M14	9M13	Δ Ano
	3T14	2T14	3T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Arrendamentos e Aluguéis	6.082	6.266	6.417	(2,9%)	4,8%	18.111	17.516	3,4%
Serviço Taxado	472	139	659	239,6%	(17,3%)	867	2.133	(59,4%)
Outras	(6)	3	419	(266,7%)	(17,3%)	161	451	(64,3%)
Total	6.548	6.408	7.495	(3,0%)	(2,8%)	19.139	20.100	(4,8%)

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As Deduções da Receita Operacional Bruta no 3T14 apresentou um acréscimo de R\$ 18,4 milhões (12,1%) na comparação com o 3T13, este aumento foi influenciado pelo aumento da receita de fornecimento de energia elétrica principalmente pelo reajuste tarifário. Em relação ao 2T14 o aumento foi de R\$ 7,5 milhões (4,6%). No final dos 9M14 as deduções da receita totalizaram 489,6 milhões, 8,5% superior à registrada aos 9M13 (R\$ 451,1 milhões).

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida no 3T14 apresentou um aumento de R\$ 59,5 milhões (13,9%) na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo um total de R\$ 487,7 milhões (R\$ 428,2 milhões no 3T13). Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão, a Receita Líquida foi de R\$ 458,9 milhões, um acréscimo 76,1 milhões (19,9%) em relação à Receita Líquida obtida no 3T13. Quando comparada com a Receita Líquida do 2T14, o aumento foi de R\$ 22,1 milhões refletido um acréscimo de 4,8%. No acumulado do período a Receita Líquida atingiu um montante de R\$ 1.363,6 bilhões (R\$ 1.262,3 bilhões nos 9M13).

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 3º Trimestre de 2014

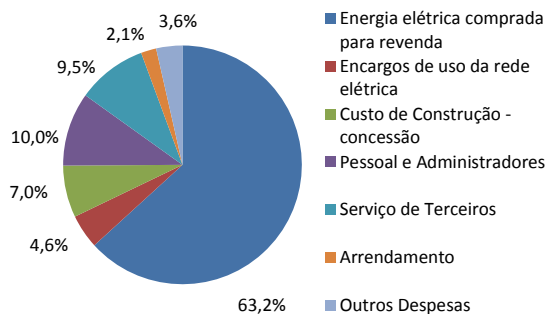
4

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

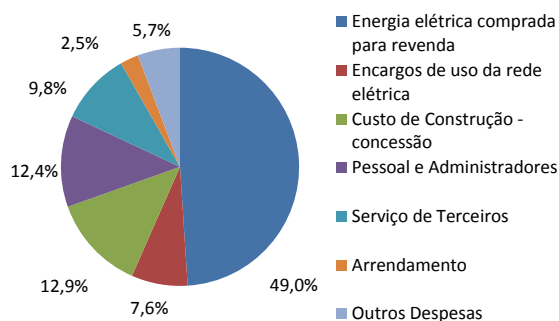
Os Custos e Despesas Operacionais consolidados, que desconsideram as depreciações e amortizações do período totalizaram no 3T14 R\$ 496,1 milhões, um crescimento de R\$ 9,4 milhões (1,9%) em relação ao 2T14. Com relação ao 3T13 houve um aumento de R\$ 208,9 milhões (72,7%), que se justifica principalmente pela amortização parcial do Custo da Energia Comprada com o Ressarcimento de Recursos da CDE no montante de R\$ 97,8 milhões. Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido à receita correspondente no mesmo valor), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 467,3 milhões, um incremento de R\$ 16,1 milhões (3,6%) quando comparado ao 2T14 e uma elevação de R\$ 225,8 milhões (93,3%) líquida do Ressarcimento de Recursos da CDE em relação ao 3T1.

R\$ Mil	Trimestres					9M14	9M13	Δ Ano
	3T14	2T14	3T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Custo da Energia Comprada								
Energia elétrica comprada para revenda	(278.853)	(241.102)	(188.270)	15,7%	48,1%	(770.202)	(634.359)	21,4%
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(52.637)	(81.186)	(19.319)	(35,2%)	172,5%	(186.701)	(75.795)	146,3%
Encargos de uso da rede elétrica	(27.917)	(17.928)	(22.174)	55,7%	25,9%	(67.162)	(87.906)	(23,6%)
Ressarcimento de Recursos da CDE	1.763	5.290	97.815			7.053	146.489	(95,2%)
Repasse de Recursos da CONTA - ACR	12.552	5.533				33.465		
Subtotal	(345.092)	(329.393)	(131.948)	4,8%	161,5%	(983.547)	(651.571)	51,0%
Demais Custos e Despesas Operacionais								
Pessoal e Administradores	(43.207)	(48.503)	(47.890)	(10,9%)	(9,8%)	(138.990)	(137.743)	0,9%
Serviço de Terceiros	(51.885)	(44.634)	(38.944)	16,2%	33,2%	(137.429)	(112.471)	22,2%
Custo de Construção - concessão	(28.829)	(35.505)	(45.495)	(18,8%)	(36,6%)	(102.100)	(148.922)	(31,4%)
Arrendamento	(10.033)	(10.032)	(9.597)	0,0%	4,5%	(30.098)	(28.790)	4,5%
(Provisão)/Reversão para Devedores Duvidosos	(4.436)	(6.494)	(3.634)	(31,7%)	22,1%	(17.451)	(38.701)	(54,9%)
Material	(2.614)	(1.058)	(1.858)	147,1%	40,7%	(6.969)	(4.216)	65,3%
Entidade de Previdência Privada	(1.689)	(2.105)	(1.764)	(19,8%)	(4,3%)	(5.747)	(5.305)	8,3%
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(1.054)	(1.467)	(891)	(28,2%)	18,3%	(4.701)	(4.109)	14,4%
Gás Comprado para Revenda	(842)	(854)	(1.034)	(1,4%)	(18,6%)	(2.514)	(3.083)	(18,5%)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(629)	(636)	(727)	(1,1%)	(13,5%)	(1.892)	(2.559)	(26,1%)
Outras Despesas	(5.838)	(5.984)	(3.444)	(2,4%)	69,5%	(17.943)	(13.488)	33,0%
Subtotal	(151.056)	(157.272)	(155.278)	(4,0%)	(2,7%)	(465.834)	(499.387)	(6,7%)
Total	(496.148)	(486.665)	(287.226)	1,9%	72,7%	(1.449.381)	(1.150.958)	25,9%

9M14



9M13



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

3º Trimestre de 2014

5

As principais ocorrências no período nos itens de custos/despesas operacionais foram os seguintes:

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada para Revenda:** O aumento do valor da energia comprada no 9M14 na comparação com o 9M13 está diretamente ligado ao despacho das usinas termelétricas. A CEB Distribuição S.A tem 17,4% da sua aquisição de energia vinculada aos contratos por disponibilidade (termelétricas) precificados por Custo Variável Unitário – CVU, tradicionalmente bem superior ao custo das hidroelétricas. Estes preços da energia só são aplicados quando as usinas termelétricas são obrigadas a despachar. No 3T14 o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD era de R\$ 709,53 (reais) contra R\$ 266,16 (reais) no 3T13. Com relação ao comportamento dos custos da energia elétrica entre o 3T14 e o 2T14 este permaneceu estável, ainda elevado em função do despacho das usinas termelétricas e o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD. No caso da energia de curto prazo o aumento do custo está relacionado aos custos de risco hidrológico assumido pelas distribuidoras quando da participação do sistema de cotas de garantia física instituída na MP 589/13. Nos meses mais secos com a hidrologia desfavorável a exposição das usinas hidroelétricas aumenta e esta exposição é repassada às distribuidoras cotistas.
- ✓ **Pessoal e Administradores:** apresentou nos 9M14 um aumento de R\$ 1,2 milhão (0,9%) em relação aos 9M13, a variação ocorreu em função do reajuste salarial no 4T13 com a aprovação do acordo coletivo, que foi composto pela variação do INPC (5,58%) mais ganho real de 1%. Na negociação do acordo coletivo também foram concedidas verbas indenizatórias tais como:
 - abono salarial a ser pago semestralmente até o primeiro semestre de 2015;
 - concessão de 1,25% de ganho real sobre a tabela salarial, retroativo a 01/11/2013 e mais 1,25% de ganho real, também incidente sobre a tabela salarial, a ser paga em 01/11/2014 a todos os empregados;
 - concessão aos empregados do cargo de Agente de Serviços Operacionais, admitidos após agosto de 2010, de 4 (quatro) referências na tabela salarial que foi paga em novembro de 2013 e 1 (uma) referência a ser paga em novembro de 2014.

Ainda na comparação entre o 3T14, o 2T14 e 3T13 ocorreu uma redução destes custos/despesas, que é justificada pela transferência dos gastos com pessoal alocado ao projeto SYN (implantação do sistema ERP SAP) para investimento. O montante transferido no 3T14 foi de R\$ 5.1 milhões e vinham sendo contabilizados no resultado.

- ✓ **Serviços de Terceiros:** apresentou um aumento de R\$ 12,9 milhões (33,2%) em relação ao 3T13 que teve como principais variações os seguintes itens:

Serviços de Terceiros	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano	9M14	9M13	Δ Ano
	3T14	2T14	3T13					
Consultoria	291	234	1.028	24,4%	(71,7%)	738	2.980	(75,2%)
Empregado em Comissão - EC/Pessoal Requisitado	2.772	3.233	3.576	(14,3%)	(22,5%)	8.888	5.313	67,3%
Leitura de Medidores/ Entrega de Faturas	4.233	4.016	5.796	5,4%	(27,0%)	11.685	17.302	(32,5%)
Levantamento Físico de Ativos	3.064	2.672	1.430	14,7%	114,3%	8.606	1.430	501,8%
Manutenção do Sistema Elétrico-Linhas e Redes	1.621	1.466	1.000	10,6%	62,1%	4.829	3.088	56,4%
Recebimento de Fatura de Energia Elétrica	2.093	1.409	2.235	48,5%	(6,4%)	5.224	6.634	(21,3%)
Serviço Contratado	1.204	1.314	1.630	(8,4%)	(26,1%)	3.793	5.025	(24,5%)
Serviços de Terceiros (Custo dos Serv. Prestados)	21.192	11.983	6.964	76,9%	204,3%	43.216	21.234	103,5%
Total	36.468	26.328	23.658	38,5%	54,1%	86.980	63.006	38,1%

- **Consultoria:** A redução do serviço de consultoria na comparação do 3T14 e 3T13 deveu-se ao serviço de consultoria para reestruturação organizacional e de processos, no valor de R\$ 1,5 milhão;
- **Empregado em Comissão / Pessoal Requisitado:** O aumento é justificado pelo aumento do quadro de Empregados em Comissão e ao reajuste concedido por ocasião da data base dos empregados da CEB Distribuição S.A;

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

3º Trimestre de 2014

6

- **Leitura de Medidores/ Entrega de Faturas:** A redução de 27,0% dos valores pagos no 3T14 em relação ao 3T13 ocorreu em função do novo contrato que contemplou a redução de empregados e de valores;
 - **Levantamento Físico de Ativos:** O incremento é justificado pelo fato que o contrato para este serviço determinou o início dos trabalhos no final do 2T13, desta forma, os valores faturados no 3T13 foram melhores que os faturados no 3T14;
 - **Serviços de Terceiros (Custo dos Serv. Prestados):** O aumento no 3T14 em relação aos trimestres comparados ocorreu devido à conclusão de um volume maior de serviços prestados por execução de obras e manutenção de Iluminação Pública.
- ✓ **Custo de Construção – Concessão:** apresentou uma queda de R\$ 16,6 milhões (-36,6%) em relação ao 3T13. Este item reflete o ritmo de investimentos da controlada CEB Distribuição e não impacta o resultado, devido à receita de construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ **Provisão para Devedores Duvidosos/Perdas:** No 3T14 a PDD/Perdas apresentou um incremento de R\$ 0,8 milhão (22,18%) em relação ao 3T13. Na comparação com o 2T14 a provisão apresentou uma redução de R\$ 2,0 milhões (31,7%) devido à redução da inadimplência. No acumulado dos 9M14 a queda foi de R\$ 21,2 milhões devido à baixa por prescrição de créditos registrada durante os 9M13.
- ✓ **Arrendamento:** Apresentou um aumento de R\$ 0,4 milhão (4,5%) na comparação com o 3T13 devido à revisão anual do contrato firmado entre a Investco S.A. e a Controlada CEB Lajeado S.A que foi atualizado pelo INPC. No acumulado dos 9M14 a despesas totalizou R\$ 30,0 milhões (R\$ 28,7 milhões nos 9M13)

DEPRECIACÃO / AMORTIZAÇÃO

A despesa com Depreciação e Amortização foi R\$ 12,7 milhões no 3T14, um aumento de R\$ 0,6 milhão (5,0%) na comparação com o 3T13 em função das novas aquisições. Na comparação com o 2T14 as despesas de depreciação e amortização apresentou uma redução de R\$ 0,8 milhão (6,3%).

R\$ mil	Trimestres					9M14	9M13	Δ Ano
	3T14	2T14	3T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Depreciação/Amortização	12.751	13.607	12.136	(6,3%)	5,07%	39.895	36.828	8,3%

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Apresentou um ganho líquido de R\$ 17,3 milhões no 3T14. Na comparação com o 2T14 o aumento de R\$ 8,4 milhões, este incremento ocorreu basicamente pelo recebimento de Ressarcimento de CCers em função de penalidade aplicada sobre fornecedor de energia e que resultou um montante de R\$ 10,6 a favor da CEB Distribuição S.A. Na comparação com o 3T13 o ganho foi de R\$ 31,8 milhões que é justificado principalmente pelo Ressarcimento da CCers e a redução das Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 3º Trimestre de 2014

7

	Trimestres					9M14	9M13	Δ Ano
	3T14	2T14	3T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Outras Receitas Operacionais								
Outras Receitas Operacionais								
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	8.092	7.099	7.782	14,0%	4,0%	23.019	23.098	(0,3%)
Ressarcimento CCEArS	13.092	6.018	426	117,5%	2.973,2%	26.236	7.120	268,5%
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	4.969	2.791	2.717	78,0%	82,9%	10.138	7.850	29,1%
Reversão de Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	542		468		15,8%	560	2.258	(75,2%)
Outras Receitas	1.751	4.947	(71)	(64,6%)	(2.566,2%)	6.687	5.037	32,8%
Total	28.446	20.855	11.322	36,4%	151,2%	66.640	45.363	46,9%
Outras Despesas Operacionais								
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(8.546)	(10.346)	(9.548)	(17,4%)	(10,5%)	(28.706)	(28.645)	0,2%
Compensação de descontinuidade de energia	(1.495)	(3.859)	(3.414)	(61,3%)	(56,2%)	(11.566)	(12.272)	(5,8%)
Provisão para Perdas - Depósitos Judiciais	1.049	(2.862)				(1.813)		
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.882)	(2.213)	(12.485)	(15,0%)	(84,9%)	(5.629)	(18.475)	(69,5%)
Multas ANEEL	(233)	(265)	(258)	(12,1%)	(9,7%)	(745)	(784)	(5,0%)
Outras Despesas	(15)	(20)	(133)	(25,0%)	(88,7%)	(129)	(194)	(33,5%)
Total	(11.122)	(19.565)	(25.838)	(43,2%)	(57,0%)	(48.588)	(60.370)	(19,5%)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	17.324	1.290	(14.516)		(219,3%)	18.052	(15.007)	

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi negativo no 3T14 no montante de R\$ 8,4 milhões (R\$ 6,9 milhões no 3T13). Na comparação com o 2T14 ocorreu um aumento de R\$ 1,5 milhão, influenciado pela redução da rubrica de Juros/Variações Monetárias sobre Passivo que foi impactada no 2T14 pela contabilização da atualização monetária da Contribuição de Iluminação Pública – Concessão no valor de R\$ 3,8 milhões e pela atualização monetária da dívida com a Coligada Corumbá Concessões S.A de diferenças contratuais por comercialização de energia no montante de R\$ 1,6 milhão. As demais rubricas não apresentaram variações significativas.

	Trimestres					9M14	9M13	Δ Ano
	3T14	2T14	3T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Receitas Financeiras								
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	5.758	3.165	2.619	81,9%	119,9%	11.707	8.376	39,8%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	2.225	2.380	1.816	(6,5%)	22,5%	7.279	8.072	(9,8%)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica	(1.418)	1.418						
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.630	2.166	1.662	(24,7%)	(1,9%)	5.728	4.305	33,1%
Multas e Penalidades Aplicadas	68	72	625	(5,6%)	(89,1%)	1.458	1.292	12,8%
Outras Receitas Financeiras	2.087	893	82	133,7%	2.445,1%	3.905	684	470,9%
Total	10.350	10.094	6.804	2,5%	52,1%	30.077	22.729	32,3%
Despesas Financeiras								
Encargos de Dívidas	(8.383)	(5.672)	(7.261)	47,8%	15,5%	(19.089)	(19.310)	(1,1%)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(7.090)	(13.017)	(4.453)	(45,5%)	59,2%	(26.191)	(13.936)	87,9%
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)							(2.972)	
Atualização de Benefício pós-emprego	(878)	(980)	(1.192)	(10,4%)	(26,3%)	(2.899)	(3.785)	(23,4%)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica	(2.059)					(2.059)		
Outras Despesas Financeiras	(885)	(955)	(834)	(7,3%)	6,1%	(2.324)	(2.394)	(2,9%)
Total	(19.295)	(20.624)	(13.740)	(6,4%)	40,4%	(52.562)	(42.397)	24,0%
Resultado Financeiro	(8.945)	(10.530)	(6.936)	(15,1%)	29,0%	(22.485)	(19.668)	14,3%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
3º Trimestre de 2014

8

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA ajustado (conforme Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012), excluindo o resultado da venda de bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. Ambas as medidas não devem ser consideradas como alternativas ao lucro operacional e ao fluxo de caixa operacional, na qualidade de indicador de liquidez, para os períodos apresentados. Destaca-se que o EBITDA ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 3T14 o EBITDA ajustado foi positivo no montante de R\$ 9,4 milhões (R\$ 133,5 milhões no 3T13). A margem EBITDA ajustada no 3T14 foi de 1,9% contra 31,2% no 3T13 e -10,8% no 2T14. Nos 9M14 o EBITDA ajustado apresentou um resultado negativo no montante de R\$ 88,6 milhões (R\$ 114,3 milhões positivo). Na comparação com os 9M13 ocorreu uma redução de R\$ 124,0 milhões, que teve como principais ofensores: o Custo da Energia Comprada, que totalizou R\$ 983,5 milhões (R\$ 651,7 milhões nos 9M13) já líquida dos repasses de recursos da CDE e da Conta ACR e a constituição pela Coligada Corumbá Concessões S.A de provisão para riscos de natureza cível devido à decisão favorável ao reclamante o acionista Serveng Cilvisan S.A, que requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos no contrato de obra gerado por atrasos nos recebimentos das faturas e da respectiva correção monetária e juros de mora. O valor provisionado foi de 118,2 milhões, gerando um impacto negativo na Coligada de R\$ 78,0 milhões e deste total, R\$ 35,5 milhões foram reconhecidos na CEB via equivalência patrimonial.

R\$ mil	Trimestres						9M14	9M13
	3T14	2T14	3T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Lucro/(Prejuízo) Consolidado do Período	(10.461)	(77.599)	94.001	(86,5%)	(111,1%)	(158.456)	28.746	
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(106)	2.808	20.350	(103,8%)	(100,5%)	7.473	29.092	
(+) Resultado Financeiro	8.945	10.530	6.936	(15,1%)	29,0%	22.485	19.668	
(+) Depreciação /Amortização	12.751	13.607	12.136	(6,3%)	5,1%	39.895	36.828	
EBITDA	11.129	(50.654)	133.423	(122,0%)	(91,7%)	(88.603)	114.334	
Itens não Recorrentes								
(-) Ganho na Venda de Bens	(1.681)	(11)	87	15.181,8%	(2.032,2%)	(1.692)	100	
EBITDA Ajustado	9.448	(50.665)	133.510	(118,6%)	(92,9%)	(90.295)	114.434	
Margem EBITDA %	2,3	(10,9)	31,2	(121,0%)	(92,7%)	(6,50)	9,0	
Margem EBITDA Ajustado %	1,9	(10,9)	31,2	(117,8%)	(93,8%)	(6,62)	9,0	

LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO

O Prejuízo consolidado no 3T14 foi de R\$ 10,4 milhões, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi R\$ 10,9 milhões (R\$ 89,2 milhões de Lucro no 3T14) uma redução de 112,3%. No acumulado dos 9M14 o prejuízo consolidado foi de R\$ 158,4 milhões, a parte atribuída aos acionistas controladores foi R\$ 166,1 milhões (R\$ 17,9 milhões de Lucro nos 9M13). Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um Lucro de R\$ 7,6 milhões nos 9M14 contra R\$ 10,8 milhões nos 9M13 uma redução de 29,6%.

	Trimestres						9M14	9M13
	3T14	2T14	3T13	Δ Trim.	Δ Ano			
Lucro/(Prejuízo) Líquido Consolidado do Período	(10.461)	(77.599)	94.001	(86,5%)	(111,1%)	(158.456)	28.746	
Margem Líquida	(2,1%)	21,9%	21,9%	(109,8%)	(109,8%)	(11,6%)	2,3%	
Lucro/(Prejuízo) Líquido Atribuído aos Controladores	(10.943)	(80.641)	89.234	(86,4%)	(112,3%)	(166.115)	17.904	
Lucro/(Prejuízo) por Ação (R\$)	(1,1917)	(8,7811)	9,7172			(18,0894)	1,9496	

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 3º Trimestre de 2014

9

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta consolidada apresentou um acréscimo de R\$ 42,8 milhões (28,4%) em relação a setembro de 2013. Em comparação com dezembro de 2013, o aumento foi de 29,3 milhões (17,9%). A Dívida Líquida em setembro de 2014 em quantidade de EBITDA não está sendo divulgado em função de apresentar uma EBITDA anualizada negativa no montante de R\$ 194,2 milhões. Em dezembro de 2013 a dívida líquida representava 19,0 EBITDA e em setembro de 2013 este indicador era de 1,6 EBITDA.

Empréstimos e Financiamentos	31/09/2014	31/12/2013	30/09/2013	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	54.220	119.207	87.208	(54,5%)	(37,8%)
Longo Prazo	201.991	142.141	162.442	42,1%	24,4%
Dívida Total	256.211	261.348	249.650	(2,0%)	2,6%
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	62.278	96.786	98.616	(35,7%)	(36,9%)
= Dívida Líquida (R\$ mil)	193.933	164.562	151.034	17,9%	28,4%
Dívida Líquida / EBITDA		19,0	1,6		

*EBITDA anualizada: Representa a EBITDA do mês corrente somada a EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moeda Nacional	12.736	50.989	37.340	42.102	38.777	74.267	256.211

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	30/09/2014
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2013	261.348
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	174.443
Encargos Incorridos no Período	19.704
Custo de Transação	(920)
Encargos Financeiros Pagos	(16.979)
Amortizações de principal	(181.385)
Saldo em 31 março de 2014	256.211

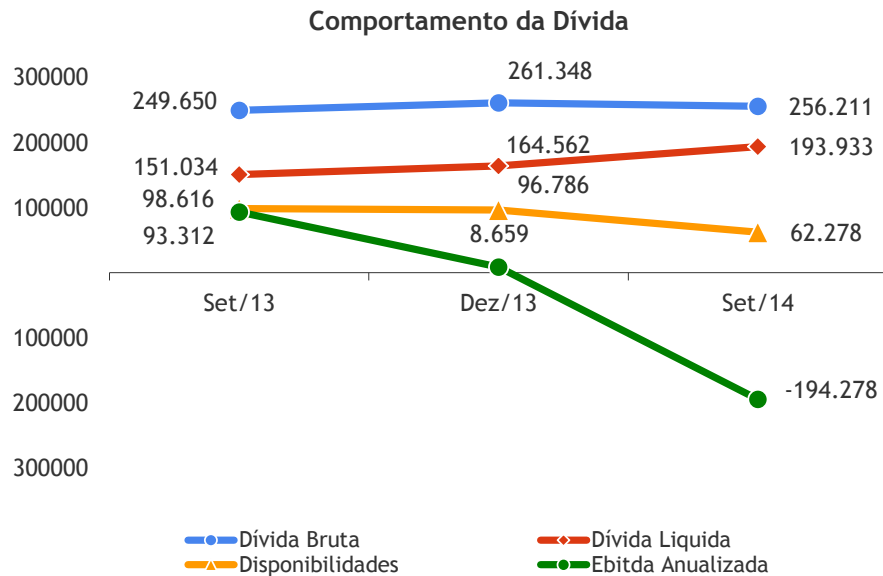
Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
3º Trimestre de 2014

10

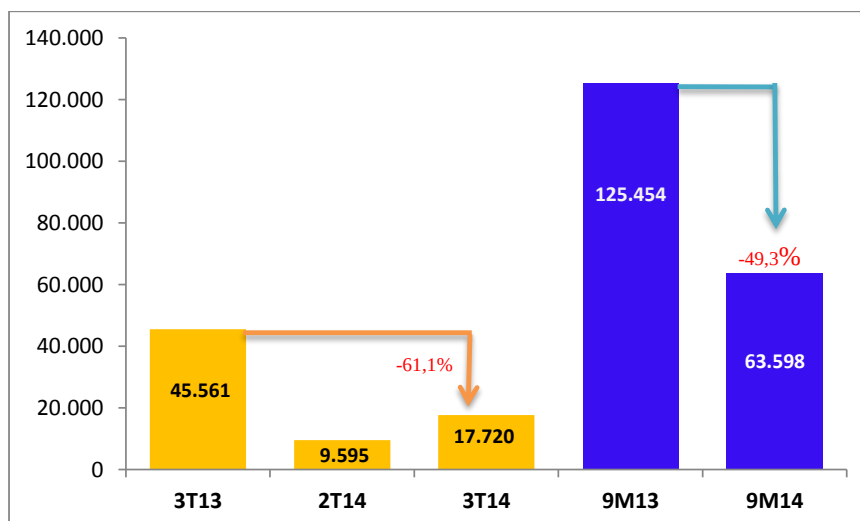


CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

No 3T14, os investimentos totalizaram R\$ 17,7 milhões, apresentando uma redução de R\$ 27,8 milhões (-61,1%) em relação ao 3T13 (R\$ 45,5 milhões). Em relação ao 2T14 houve um aumento de 8,0 milhões (84,6%). No acumulado do 9M14 os investimentos atingiram R\$ 63,6 milhões uma redução de R\$ 61,8 milhões (-49,3%) em relação aos investimentos realizados nos 9M13 (R\$ 125,4 milhões). A redução verificada nos 9M14 em relação aos 9M13 é reflexo da conclusão das obras vinculadas a Copa do Mundo de 2014 que foram iniciadas em 2012 e encerradas no 1T14.

Trimestres

R\$ mil	3T14	2T14	3T13	Δ Trim.	Δ Ano	9M14	9M13	Δ Ano
CAPEX	17.720	9.595	45.561	84,6%	(61,1%)	63.598	125.454	(49,3%)



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
3º Trimestre de 2014

11

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R\$ mil	Trimestres			9M14	9M13
	3T14	2T14	3T13		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	658.377	628.665	580.392	1.853.235	1.713.590
Fornecimento de Energia Elétrica	483.602	460.929	440.560	1.381.093	1.300.988
Receita de Construção	28.829	35.505	45.495	102.100	148.922
Energia de Curto Prazo	84.324	88.057	58.408	215.329	154.282
Receita de Prestação de Serviços	32.986	19.053	7.787	67.906	34.289
Aporte de Recursos da CDE	9.730	4.541	7.544	27.023	15.609
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	4.248	4.223	3.717	12.200	13.161
Suprimento de Energia	6.948	8.768	7.955	24.972	21.971
Receita de Venda de Gás	1.162	1.181	1.431	3.473	4.268
Outras Receitas	6.548	6.408	7.495	19.139	20.100
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(170.597)	(163.057)	(152.131)	(489.628)	(451.197)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(158.729)	(150.241)	(144.247)	(455.150)	(423.519)
Encargos do Consumidor	(11.867)	(12.816)	(7.884)	(34.477)	(27.678)
Descontos Incondicionais	(1)			(1)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	487.780	465.608	428.261	1.363.607	1.262.393
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(476.651)	(516.262)	(294.838)	(1.452.210)	(1.148.059)
Custo da Energia Comprada	(345.092)	(329.393)	(131.948)	(983.547)	(651.571)
Energia elétrica comprada para revenda	(278.853)	(241.102)	(188.270)	(770.202)	(634.359)
Encargos de uso da rede elétrica	(27.917)	(17.928)	(22.174)	(67.162)	(87.906)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(52.637)	(81.186)	(19.319)	(186.701)	(75.795)
Ressarcimento de Recursos da CDE	1.763	5.290	97.815	7.053	146.489
Repasse de Recursos da CONTA - ACR	12.552	5.533		33.465	
Demais Custos/Despesas Operacionais, Líquidas	(131.559)	(186.869)	(162.890)	(468.663)	(496.488)
Pessoal e Administradores	(44.896)	(50.608)	(49.654)	(144.737)	(143.048)
Custo de Construção	(28.829)	(35.505)	(45.495)	(102.100)	(148.922)
Serviços de Terceiros	(51.885)	(44.634)	(38.944)	(137.429)	(112.471)
Arrendamento	(10.033)	(10.032)	(9.597)	(30.098)	(28.790)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.436)	(6.494)	(3.634)	(17.451)	(38.701)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.340)	(2.213)	(12.017)	(5.069)	(16.217)
Gás Comprado pra Revenda	(842)	(854)	(1.034)	(2.514)	(3.083)
Material	(2.614)	(1.058)	(1.858)	(6.969)	(4.216)
Equivalência Patrimonial	2.173	(30.887)	6.904	(20.881)	17.906
Outras Despesas Operacionais	(16.761)	(25.439)	(18.415)	(67.495)	(62.051)
Outras Receitas Operacionais	27.904	20.855	10.854	66.080	43.105
EBITDA	11.129	(50.654)	133.423	(88.603)	114.334
Margem EBITDA	2,28%	-10,88%	31,15%	-6,50%	9,06%
Resultado Financeiro	(8.945)	(10.530)	(6.936)	(22.485)	(19.668)
Depreciação e Amortização	(12.751)	(13.607)	(12.136)	(39.895)	(36.828)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	(10.567)	(74.791)	114.351	(150.983)	57.838
Deduções Antes dos Tributos	106	(2.808)	(20.350)	(7.473)	(29.092)
IRPJ/CSLL	106	(2.808)	(20.350)	(7.473)	(29.092)
LUCRO/(PREJUÍZO) DO PERÍODO	(10.461)	(77.599)	94.001	(158.456)	28.746
Atribuível aos Acionistas Controladores	(10.943)	(80.641)	89.234	(166.115)	17.904
Atribuível aos Acionistas não Controladores	482	3.042	4.767	7.659	10.842

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 3º Trimestre de 2014

12

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - R\$ mil	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Total Ativo	2.461.639	2.434.831	2.339.361
Circulante	593.610	520.802	479.369
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.278	96.786	98.616
Contas a Receber	395.289	308.840	289.857
Aplicações Financeiras	295	295	568
Estoques	22.046	34.615	23.311
Tributos e Contribuições Compensáveis	40.286	29.307	21.220
Demais Créditos	73.416	50.959	45.797
Não Circulante	1.868.029	1.914.029	1.859.992
Aplicações Financeiras			
Contas a Receber	49.376	54.097	64.422
Depósitos e Bloqueios Judiciais	16.012	12.628	12.014
Tributos e Contribuições Compensáveis	17.207	22.199	19.672
Bens Mantidos para Venda			1.714
Ativo Financeiro Indenizável	797.813	729.119	660.111
Demais Créditos	1.766	1.834	1.669
Investimentos	658.457	684.537	671.447
Imobilizado	123.390	138.507	128.630
Intangível	204.008	271.108	300.313
Total Passivo	2.461.639	2.434.831	2.339.361
Circulante	1.041.609	897.302	679.310
Fornecedores	393.761	344.101	161.763
Obrigações Tributárias	169.061	118.091	145.663
Contribuição de Iluminação Pública	220.491	121.144	92.781
Encargos Regulatórios	40.313	40.301	39.674
Empréstimos e Financiamentos	54.220	119.207	87.208
Obrigações Societárias	29.595	32.233	41.774
Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.679	35.124	31.015
Benefícios Pós Emprego	64.310	66.075	58.906
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	5.250	4.850	4.855
Demais Obrigações	26.929	16.176	15.671
Não Circulante	1.083.518	994.765	960.219
Fornecedores	1.138	4.552	
Obrigações Tributárias	145.753	145.822	134.095
Empréstimos e Financiamentos	201.991	142.141	162.442
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.420	
Benefícios Pós Emprego	308.218	286.670	257.031
Encargos Regulatórios	138.376	127.908	122.906
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	71.613	66.982	64.986
Demais Obrigações	216.429	218.270	218.759
Patrimônio Líquido	336.512	542.764	699.832
Atribuído aos acionistas controladores	106.689	308.344	465.385
Capital Social	342.056	342.056	342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969	11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.958	48.498	92.014
Reserva de Lucros			2.050
Lucro/(Prejuízos) Acumulados	(260.294)	(94.179)	17.296
Atribuído aos acionistas não controladores	229.823	234.420	234.447

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 3º Trimestre de 2014

13

ANEXO III – RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Consumidores	9M14	9M13	9M14	9M13	9M14	9M13
	Consumidores		MWh		Valor	
Residencial	847.919	816.015	1.711.275	1.618.911	550.859	516.466
Industrial	1.689	1.709	176.255	184.693	58.188	59.324
Comercial	106.258	104.180	1.515.134	1.466.121	479.899	458.355
Rural	10.053	9.919	113.451	113.568	23.895	22.877
Poder Público	6.049	5.502	466.599	467.235	162.061	154.373
Iluminação Pública	19	19	311.672	300.838	53.872	49.369
Serviço Público	314	284	265.979	269.567	58.811	57.132
(=) Fornecimento faturado	972.301	937.628	4.560.365	4.420.933	1.387.585	1.317.896
Consumo Próprio	50	46	1.401	1.415		
Fornecimento Não Faturado Líquido					(6.491)	(16.908)
Encargo de Capacidade Emergencial					2	6
Aportes Recursos CDE					27.023	15.609
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	972.351	937.674	4.561.766	4.422.348	1.408.119	1.316.603
Energia elétrica de curto prazo					211.622	151.844
disponibilização do Sistema de Distribuição					12.783	13.737
Receita de construção					102.100	148.922
Receita da prestação de serviços					1.527	3.057
Arrendamentos e Aluguéis					18.114	17.549
Outras receitas e rendas					1.028	2.302
Total da receita operacional					1.755.293	1.654.014
Deduções da Receita					(470.205)	(436.431)
Impostos					(280.555)	(265.395)
ICMS					(279.492)	(264.462)
ISS					(1.063)	(933)
Contribuições					(156.405)	(144.411)
PIS/PASEP					(27.899)	(25.760)
COFINS					(128.506)	(118.651)
Encargos do Consumidor					(33.245)	(26.625)
Encargo de Capacidade Emergencial					(2)	(6)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(5.589)	(4.628)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(22.065)	(13.427)
Conta de Consumo de Combustível - CCC						(3.867)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(5.589)	(4.697)
Receita Operacional Líquida					1.285.088	1.217.583

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, SGCVS lote 15 bloco C, 2º e 3º andares, ed. Jade Home Office, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresas	Atividade	30/09/2014	31/12/2013
Participações diretas			
Em controladas			
CEB D	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em controlada em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações indiretas			
Em coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00

a) Controladas

- **CEB D** – A CEB Distribuição S.A. (“CEB D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D

A CEB D é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da CEB D, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.
- iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.
- vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública.
- ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.

xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.

xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.

xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.

xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.

xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias. Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente que é representado pela ANEEL. Os valores das tarifas são reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A data da última revisão tarifária da CEB D foi no dia 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procedeu ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da CEB D, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A CEB D também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da CEB D.

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da CEB D sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

(ii) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D

Os planos da Administração para o aprimoramento das atividades da Companhia consistem na busca da eficiência administrativa e operacional para garantir, tanto a renovação da Concessão do Serviço Público de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Distribuição de Energia Elétrica no DF, de forma sustentável, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, quanto a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A Administração tem desenvolvido medidas para a redução de seu custeio visando a atingir a necessária liquidez da Companhia. Estas medidas se baseiam em estudos já realizados e em processo de implantação, tais como: redução de valores na rubrica serviços de terceiros; ajustes de componentes de custeio de pessoal; ajuste da estrutura organizacional; e a priorização das obras de maior impacto na prestação do serviço aos consumidores de energia elétrica do Distrito Federal.

Dentre as medidas em curso e de grande repercussão econômica e financeira ressaltam-se:

- a) a reavaliação do Plano de Saúde, objetivando a implantação de uma nova modalidade de plano assistencial lastreada em estudos técnicos;
- b) a adoção de ação judicial para o interruptivo de prescrição, referente aos valores despendidos do plano assistencial dos ex-empregados da CEB, em decorrência do cumprimento ao art. 4º, da Lei 3.010/2002, que imputa a responsabilidade financeira desse plano à CEB, na falta de indicação de fonte de custeio pelo GDF. Após o levantamento do passivo e os documentos comprobatórios solicitado à FACEB, a CEB cobrará judicialmente, o passivo dos valores gastos até o presente momento, além solicitar a indicação da fonte para os períodos seguintes; e
- c) a alienação de imóveis inservíveis à Concessão.

Ainda nesse contexto, a administração está em processo de negociação com o Poder Executivo para reconhecer a dívida de consumo de energia elétrica dos órgãos do Governo do Distrito Federal – GDF, e quitação do montante para com a Companhia, débitos já reconhecidos nos processos de prestações de contas anuais. Esses recursos trarão significativa melhoria para a situação econômica e financeira da Companhia (Nota 6 d).

Importante ressaltar que a CEB D vem desenvolvendo um plano investimento, o maior de toda a sua história, para recuperar a capacidade técnica-operativa do sistema de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal e, também, para atender ao crescimento do mercado consumidor. Os resultados alcançados já estão sendo desfrutados pela população atendida, o que se pode comprovar pela melhoria dos indicadores de frequência e de tempo das interrupções no fornecimento de energia elétrica, bem como pelo considerável aumento da capacidade e da confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, devido às interligações das fontes de suprimento, propiciado pelas obras executadas e em operação comercial. Outras tantas previstas, algumas em fase final de execução, melhorarão ainda mais esses indicadores de qualidade.

Esse plano de investimentos contempla obras com a proposta de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio de linha excepcional para atendimento a projetos de interesse para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. O projeto está em pauta no BNDES e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A operação almeja, ao final, o alongamento da dívida contraída pela CEB D em 2002 para honrar os gastos com custo de energia contraídos durante o racionamento de 2001.

O sucesso do plano de investimentos, aliado ao enorme esforço empresarial para a recuperação da qualidade e da confiabilidade do sistema elétrico do DF, permitirá maior celeridade ao processo de recuperação da empresa, mediante o reconhecimento de remuneração tarifária dos investimentos realizados, cujo efeito deverá acontecer na revisão tarifária de 2016.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ainda, destacam-se os valores da Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela A - CVA em processamento, considerando, principalmente os custos adicionais com o despacho termoeletrico, em decorrência da crise energética pelo baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. A CEB D possui uma diferença a receber de CVA, relativa ao período de agosto/2012 a julho/2013, que não foi reconhecida na época do reajuste tarifário de 2013. Inclui-se também, o impacto econômico da despesa de energia reconhecida em novembro de 2013, em virtude da não aplicabilidade da REN nº 165/2005 ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Corumbá Concessões S.A. e a Companhia Energética de Brasília – CEB, o qual será contemplado no reajuste tarifário de 2014, segundo diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador.

A toda evidência, importa destacar a postura extremamente proativa do Acionista Majoritário, cujas ações, em especial, resultaram em significativos aportes nos últimos exercícios, bem como a iniciativa para o reconhecimento de dívidas pendentes com a CEB D, demonstram de forma inequívoca, o compromisso do Governo do Distrito Federal em garantir a plena recuperação e continuidade das operações da Companhia.

(iii) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012 assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%.

Em 24 de janeiro de 2013, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a ANEEL efetuou o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE para a CEB D, por meio da Resolução Homologatória Nº 1.446, de 24 de janeiro de 2013 que homologou as novas tarifas de energia para a Companhia, apurando uma redução média de 18,11% para os consumidores residenciais de baixa tensão. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram entre 15% e 22%. A redução média da receita regulatória, considerada para o cálculo da RTE ocorrida em 2013 foi de 17,38%.

Para a Companhia a concessão poderá ser prorrogada, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento aos critérios de racionalidade operacional e econômica.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão e/ou nos termos aditivos. A partir da decisão do Poder Concedente pela prorrogação, a Companhia deverá assinar o contrato de concessão e/ou os termos aditivos no prazo de até trinta dias contados da convocação.

(iv) Reajuste Tarifário Anual

O reajuste tarifário anual, visa repassar à tarifa os impactos produzidos pelos custos não gerenciáveis da concessão (compra de energia, os encargos setoriais e os custos de transmissão). Vislumbra também ajustar os

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

custos gerenciáveis da distribuidora (custos operacionais, remuneração pelos investimentos realizados e quota de depreciação) com a incidência parcial, da atualização monetária (pela dedução do fator X, que significa o compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade).

Inicialmente, de acordo com a Nota Técnica nº 267/2014-SRE/ANEEL, de 13/8/2014, o componente financeiro fora calculado em 9,70%. Não obstante, a pedido da Concessionária, houve o diferimento parcial de 9% deste (o equivalente a R\$ 136.250, a preços de agosto de 2014, a ser objeto de devolução nos próximos processos tarifários, atualizado pela variação do IGP-M).

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1779, de 19 de agosto de 2014, estabeleceu o reajuste tarifário 2014 da CEB Distribuição S.A.. O reajuste médio, que passou a vigorar a partir de 26 de agosto de 2014, ficou em 17,12% para o período de 12 meses, sendo 16,42% o reajuste econômico e 0,70% o relativo aos componentes financeiros.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 18,88%, sendo de 19,90% para os atendidos em alta tensão e de 18,38% para os atendidos em baixa tensão.

(v) Aportes de Recursos da CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada originalmente pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da Medida Provisória nº 605, vigente no período de 23 de janeiro a 3 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado, quais sejam: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica (na vigência da MP 605/2013); e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição (na vigência da MP nº 605/2013).

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária, ESS por segurança energética e o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial nº MME/MF nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para revenda (CVA Energia e CVA ESS). Esse repasse terá apuração anual, nos processos de reajuste e revisão tarifária das concessionárias de distribuição realizada no período de março de 2013 a fevereiro de 2014.

Sendo assim, a Resolução Homologatória 1.589/2013 que reajustou as tarifas da CEB D, estabeleceu também, um valor mensal correspondente a R\$ 1.763 a ser repassado pela Eletrobrás à Companhia, no período de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termelétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A CONTA-ACR foi criada por meio do Decreto nº 8.221/2014 e regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 612/2014. Ela tem por finalidade cobrir os custos adicionais das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo e pelo despacho termelétrico dos contratos por disponibilidade.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é a responsável pela gestão dessa conta e pela contratação das operações de crédito, além de assegurar o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Tais operações custearão as despesas de fevereiro até dezembro de 2014. Também cabe à CCEE prestar as garantias necessárias aos credores das operações de crédito, incluindo cessão fiduciária dos direitos creditórios e do saldo da Conta - ACR.

O valor mensal que será repassado a cada concessionária é homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio de Despacho da Superintendência de Regulação Econômica – SRE e considera a cobertura tarifária vigente. Até 30 de setembro de 2014, o montante reconhecido destes repasses totalizou R\$ 33.465 (Nota 25b) e foram registrados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada.

O recolhimento dos valores repassados pela União será realizado por meio de quotas da CDE, a partir dos processos tarifários de 2015, com atualização do IPCA.

(vi) Renovação da Concessão

O Contrato de Concessão da Companhia nº 066/1999 - ANEEL foi celebrado com a ANEEL (representando o Poder Concedente) em 26 de agosto de 1999 e tem vigência até 7 de julho de 2015. Nele está prevista a possibilidade de renovação por mais vinte anos, desde que subordinada ao interesse público e que o pedido fosse apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo contratual, ou seja, até 7 de julho de 2012.

Em 29 de junho de 2012, a CEB D protocolou na ANEEL sob o nº 48513.022210/2012-00 o requerimento de prorrogação de Concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, anexando, para tanto, os comprovantes de regularidade e adimplemento, conforme exigência contratual vigente.

Nos termos da Medida Provisória nº 579 de 12 de setembro de 2012 e do Decreto nº 7.805 de 17 de setembro de 2012, em 5 de outubro de 2012 a CEB D ratificou, protocolo ANEEL nº 48513.033465/2012-00, o pedido de prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal por um período adicional de 30 (trinta) anos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 11 de janeiro de 2013, a Medida Provisória foi convertida na Lei 12.783, entre outros, “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária” e no Capítulo II trata “DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA”. Especificamente o Art. 7º estabelece a possibilidade de prorrogação das concessões, entre outras, as de distribuição de energia elétrica (a critério do poder concedente) por uma única vez pelo prazo de até 30 (trinta) anos.

Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL manifestou-se sobre o requerimento de prorrogação dos Contratos de Concessões vencidos em 2015 e 2017 informando que, dentro de sua competência regulatória, realiza a análise dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou a rejeição de tais pedidos.

Conforme consta no Contrato de Concessão, na análise do pedido de prorrogação, a ANEEL levará em consideração todas as informações sobre o serviço público de distribuição de energia elétrica prestado, devendo aprovar ou rejeitar o pleito dentro do prazo acima previsto. O deferimento do pedido levará em consideração o cumprimento dos requisitos de serviço adequado, por parte da concessionária, conforme relatórios técnicos fundamentados, emitidos pela fiscalização da ANEEL.

- **CEB Geração S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

(i) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579/12 convertida na Lei nº 12.783/13 e Decreto Lei nº 7.805/12

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Lei nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que será elaborada pela ANEEL.

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) eliminação dos encargos setoriais RGR e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A subsidiária integral CEB Geração S.A., possui 2 (duas) concessões de geração de energia, conforme descrito a seguir:

- (i) UTE Brasília, outorgada pela Portaria do Ministério de Minas Energia - MME no. 255, e termo final da concessão em 7/7/2015. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a subsidiária integral CEB Geração S.A. protocolou no dia 15 de outubro de 2012, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o pedido de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público relativo à Usina Termelétrica de Brasília, conforme consta na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 e na aprovação na 35ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração S.A.

- (ii) UHE Paranoá, outorgada pelo Decreto no. 65.664, de 29/10/69 e prorrogada pela Portaria MME no. 255, e termo final da concessão em 29 de outubro de 2019.

Considerando que a concessão da UHE Paranoá expira apenas em 2019, as regras introduzidas pela MP 579 não se aplicam a essa concessão neste momento.

Contingências Jurídicas Dos Terrenos Da Usina Hidrelétrica Do Paranoá

Tramita perante o TJDF ação judicial (processo nº 115.748-8/2008) proposta por Sandra dos Santos Jacinto Motta Paes contra a CEB Geração S.A, cujo objeto é a instituição de passagem forçada na estrada de acesso a UHE Paranoá. Caso a ação judicial seja julgada procedente, não deverá ensejar despesas de qualquer natureza a Companhia pelo uso da via de acesso. O processo se encontra aguardando a sentença.

Consta também, em tramitação no TJDF o Processo nº 2002.01.1.085001-7, em que a CEB Geração S.A não é parte, onde é questionada da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP parte da propriedade o imóvel onde está localizada a UHE Paranoá pelo espólio de Sebastião de Souza e Silva e Outros, o que vem dificultando a regularização da situação dominial do imóvel pela CEB Geração S.A, não interferindo nas suas atividades de geração de energia.

- **CEB Participações S.A. – CEBPar** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG–CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- **CEB Lajeado S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) do total das ações e 100% das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) do total das ações e 100% das ações preferenciais da controlada.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da INVESTCO S.A, sobre este capital a CEB Lajeado S.A detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- **Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS** – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás**

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

(b) **Controlada em conjunto com outros acionistas**

- **Energética Corumbá III S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) **Coligada**

- **Corumbá Concessões S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A participação do Grupo no capital social da

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empresa é de 47,57% (47,57% em 31/12/2013), sendo 45,21% (45,21% em 31/12/2013) de propriedade da CEB e 2,36% (2,36% em 31/12/2013) de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng- Civilsan S.A. (“Serveng”) requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos nos contratos de obras gerado por atrasos no recebimento das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009.

Dando seguimento à matéria, em abril de 2010 (2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA), a Corumbá Concessões S.A contratou consultores jurídico e contábil, experts na matéria, para avaliar o pleito e recalcular os valores apresentados pela Serveng, tendo sido em seguida, convocada reunião do Conselho de Administração (4ª RECA de agosto de 2010) para apreciação dos valores resultantes (Serveng versus consultores jurídico e contábil).

Não obstante a apresentação dos consultores, os quais expuseram valores cerca de 41% menores que o pleiteado, os Conselheiros concluíram e fizeram registrar em ata que não dispunham de dados suficientes para deliberar sobre quaisquer dos dois valores (Serveng ou Consultores), naquele momento, autorizando a Diretoria a dar seguimento na matéria mantendo o Conselho informado.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng-Civilsan S.A., dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que seja dado andamento ao seu pleito.

Após realização de perícia técnica, foi realizada audiência de instrução e julgamento na data de 04 de dezembro de 2013, na sede da Corte Arbitral, onde foram ouvidos os peritos, e testemunhas arroladas pela Serveng, após, foi deferido prazo para a Corumbá Concessões S.A ofertar minuta rechaçando os pareceres ofertados pela Serveng, acerca do tema “prescrição”, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório. A Corumbá Concessões S.A ofertou tempestivamente minuta rechaçando as alegações da Serveng, com lastro em 02 (dois) sólidos pareceres jurídicos.

Por conseguinte, as partes ofertaram suas alegações finais na data de 18 de fevereiro de 2014. Durante toda a evolução do processo, a administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, estimava que a chance de perda era remota e, por isso, nenhuma provisão vinha sendo registrada nas informações financeiras.

Em 23 de julho de 2014 o Tribunal Arbitral deu conhecimento da sentença às partes, reconhecendo a procedência do pleito formulado pela Serveng, para condenar a Corumbá Concessões S.A. ao pagamento do valor de R\$118.253.868,43 (cento e dezoito milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos), atualizado para data de 30 de junho de 2014, a ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da intimação da sentença, sendo estabelecido ainda que nesse período incidirão juros de 1% a.m. (simples) e correção monetária pelo índice IGP-M. A Corumbá Concessões S.A pediu esclarecimentos adicionais à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP porém o mesmo manteve sua decisão.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, por meio da referida sentença arbitral deu-se liquidez aos valores devidos pela Corumbá Concessões S.A à Serveng a título de ressarcimento e de perdas e danos decorrentes dos atrasos nos pagamentos das faturas contratuais, sendo reconhecido integralmente como despesa.

A administração da Corumbá Concessões S.A levou para deliberação do Conselho de Administração em 13/10/2014, a proposta de prospecção do mercado de crédito para a realavancagem financeira da Companhia de forma a obter recursos para a quitação desta dívida.

Em 30 de setembro de 2014, o valor de R\$ 118.254 não havia sido quitado e considerando multas e juros de acordo com a sentença, o valor registrado na rubrica de Fornecedores monta R\$ 121.016, com os juros e correção no montante de R\$ 2.763 registrado em despesa financeira.

- **Investco** (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Empresa de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A CEB, detém através de sua Controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco, juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

(d) Outras Participações

- **BSB Energética S.A.** – Sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB D S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasiliense de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2014 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias e diferem das informações contábeis intermediárias separadas que, conforme o IFRS, devem ter o investimento em suas controladas avaliado ao valor justo ou ao custo.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, arquivadas em 25 de abril de 2014, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 04 de novembro de 2014.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de setembro de 2014, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.3 Adoção de Novas Práticas a Partir de 1º de janeiro de 2014

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 e não foram adotados antecipadamente. Na análise da Administração estes pronunciamentos não trarão impactos significativos para as demonstrações financeiras.

Alteração do IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13.

O IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

2.4 Legislação Tributária

Em 14 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei 12.973/2014. Este novo normativo trata de forma geral, da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e definem que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia amparada pelo diagnóstico realizado avaliou os possíveis impactos de sua aplicabilidade até o ano base de 2014 e não identificou efeitos relevantes sobre suas informações contábeis. A Companhia não optou pela aplicação dos efeitos da Lei 12.972/2014 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 75, desta forma os impactos dessa Lei deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

3 RECLASSIFICAÇÕES NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30/09/2013

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2014. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de setembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2013 com o objetivo de manter a melhor comparação e apresentação dos saldos.

Itens	Demonstrações Contábeis	Saldos em 30/09/2013		Rubrica reclassificada	
		Controladora	Consolidado	De	Para
Contribuição de Iluminação Pública (a)	BP		92.781	Encargos Regulatórios	Contribuição de Iluminação Pública
Consumidores (a)	BP		9.775	Encargos Regulatórios	Demais Obrigações
Pessoal (c)	DRE, DVA	5.160	5.318	Natureza - Serviços de Terceiros	Natureza – Pessoal

a) Balanço Patrimonial

No Balanço patrimonial foram realizadas as seguintes reclassificações:

Contribuição de Iluminação Pública: Reclassificada de Encargos Regulatórios para uma linha específica para uma melhor apresentação. A Contribuição de Iluminação Pública é uma taxa cobrada dos consumidores e que é repassada ao Governo do Distrito Federal – GDF, sendo a CEB o agente responsável pelo faturamento e repasse dos valores arrecadados ao GDF.

Consumidores: Reclassificada de Encargos Regulatórios para Demais Obrigações por representar obrigações que o Grupo tem a devolver/restituir aos consumidores. A rubrica Consumidores representa um grupo de conta que inclui: valores arrecadados em duplicidade ou a maior, restituições e tributos).

b) Demonstração do Resultado

Os serviços classificados na natureza de Serviços de Terceiros ligados ao Custo dos Serviços Prestados vinham sendo classificados na função Despesas Gerais e Administrativas, após análises destes serviços, verificou-se que a classificação adequada para estes serviços é na função Custos dos Serviços Prestados – Custo da Operação. Esta reclassificação visa uma melhor apresentação tanto para fins societários como gerencial.

c) Demonstração do Valor Adicionado

A reclassificação entre as naturezas de pessoal e serviços de terceiro ocorreu para a uniformização dos procedimentos de classificação dos custos/despesas com pessoal que vinham sendo classificados pelas controladas em desacordo com o plano de contas do Setor Elétrico. Nestes custos/despesas com pessoal estão inclusos: empregados em comissão, pessoal cedido pela CEB D às controladas e pessoal requisitado de outros

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

órgãos. Na demonstração do resultado, houve alteração apenas nas naturezas sem afetar os valores já registrados nas funções.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de Crédito

A Controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

Demais Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB D. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações contábeis dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	394.899	342.572	52.327			
Obrigações Tributárias	314.814	123.717	45.344	145.753		
Contribuição de Iluminação Pública	220.491	54.000	54.000	112.491		
Encargos Regulatórios	178.689	2.726	35.171	35.171	105.621	
Empréstimos e Financiamentos	256.211	23.700	24.792	36.992	120.982	49.745
Obrigações Societárias	29.595	29.595				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.679	19.087	18.592			
Benefícios Pós Emprego	372.528	37.211	38.621	75.531	92.148	129.017
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	76.863	2.625	2.625	5.755	65.858	
Demais Obrigações	243.358	26.306		217.052		
Total	2.125.127	661.539	271.472	628.745	384.609	178.762

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 20, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP e IGP-M. A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2015, as taxas CDI, TJLP e IGP-M serão de 11,83%, 5,00% e 5,68%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Possível	Remoto
CDI	14,79%	17,75%
TJLP	6,25%	7,50%
IGP-M	7,10%	8,52%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		11,83%	14,79%	17,75%
Efeito da Variação do CDI	150.417	168.211	172.660	177.108
		(17.794)	(22.243)	(26.691)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		11,05%	13,81%	16,58%
Efeito da Variação do CDI	130.256	144.649	148.248	151.846
		(14.393)	(17.992)	(21.590)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito da Variação da TJLP	77.235	81.097	82.062	83.027
		(3.862)	(4.827)	(5.793)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito da Variação da TJLP	90.842	95.384	96.520	97.655
		(4.542)	(5.678)	(6.813)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,68%	7,10%	8,52%
Efeito da Variação do IGPM	28.559	30.181	30.587	30.992
		(1.622)	(2.028)	(2.433)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,96%	6,20%	7,44%
Efeito da Variação do IGPM	40.250	42.572	43.153	43.734
		(2.322)	(2.903)	(3.484)

Impactos no Resultado	30/09/2014	31/12/2013
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	(4.449)	(3.598)
TJLP	(965)	(1.136)
IGPM	(406)	(581)
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	(8.897)	(7.197)
TJLP	(1.931)	(2.271)
IGPM	(811)	(1.161)

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia e sua Controlada CEB D desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 30 de setembro de 2014, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 30 de setembro de 2015 será de R\$ 2,4800 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 30 de setembro de 2015 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Boletim Focus). Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado para os próximos 12 meses, foi considerado o saldo da dívida em 30 de setembro de 2014. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relação a 30 de setembro de 2014.

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,4504	2,4800	3,1000	3,7200
	35.141	35.565	44.457	53.348
Efeito da Variação do Dólar		(424)	(9.316)	(18.207)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,3400	2,4100	3,0125	3,6150
	22.677	39.252	49.065	58.879
Efeito da Variação do Dólar		(3.389)	(13.202)	(23.016)
Impactos no Resultado		30/09/2014	31/12/2012	
Cenário Possível - Cenário Provável Dólar		(8.891)	(9.813)	
Cenário Remoto - Cenário Provável Dólar		(17.783)	(19.626)	

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	30/09/2014	31/12/2013
Total dos empréstimos (Nota 19)	256.211	261.348
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(62.278)	(96.786)
Dívida líquida	193.933	164.562
Total do patrimônio líquido	106.689	308.344
Total do capital	300.622	472.906
Índice de alavancagem financeira - %	64,51	34,80

4.3 Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros do Grupo estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos de Crédito a Receber, Contas a Receber, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Societárias, Benefícios Pós-Emprego e Encargos Regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

(i) Classificação

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras (Notas 5 e 9).

(b) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem principalmente Caixa e Bancos (Nota 5), Contas a receber (Nota 6) e Títulos de crédito a receber (Nota 8).

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são compostos pelo ativo financeiro indenizável da concessão. (Nota 11).

(e) Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), Fornecedores (Nota 15), Encargos Regulatórios (Nota 18) e Obrigações Societárias.

(ii) Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*"non-performance risk"*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2014 e 31 dezembro 2013.

A seguir, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/09/2014			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	5.527	5.527	53.781	53.781
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	16	16	8.497	8.497
Contas a Receber	Custo Amortizado		50.435	50.435	444.665	444.665
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.149	1.149
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			797.813	797.813
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		8.909	8.909	393.761	393.761
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				256.211	256.211
Obrigações Societárias	Custo Amortizado				29.595	29.595
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				178.689	178.689

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2013			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	8.833	8.833	74.632	74.632
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	62	62	22.154	22.154
Contas a Receber	Custo Amortizado		3.722	3.722	362.938	362.938
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.160	1.160
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			729.119	729.119
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		6.902	6.902	344.101	344.101
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				261.348	261.348
Obrigações Societárias	Custo Amortizado				32.233	32.233
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				168.209	168.209

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e Bancos conta Movimento	16	62	8.497	22.154
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5.527	8.833	53.781	74.632
Total	5.543	8.895	62.278	96.786

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e a remuneração de 98,00% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

6 CONTAS A RECEBER

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			392.089	350.771
Títulos de Créditos a Receber			24.720	28.294
Serviços Prestados a Terceiros	69.329	22.616	75.137	28.706
Total a Receber Bruto	69.329	22.616	491.946	407.771
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(18.894)	(18.894)	(47.281)	(44.834)
Total a Receber Líquido	50.435	3.722	444.665	362.937
Circulante	50.435	3.722	395.289	308.840
Não Circulante			49.376	54.097

(b) Valores a receber por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/09/2014	Total 31.12.2013
Classes de Consumidor					
Residencial	38.495	34.593	11.283	84.371	76.795
Iluminação Pública	7.327	17.895	42.520	67.742	38.054
Poder Público	12.899	7.878	44.154	64.931	50.999
Comércio, Serviços e Outros	23.334	21.201	15.612	60.147	77.902
Serviço Público	8.356		598	8.954	8.591
Industrial	3.036	1.359	1.115	5.508	5.595
Rural	2.046	1.357	1.176	4.579	3.973
Subtotal Consumidores	95.493	84.281	116.458	296.232	261.909
Fornecimento Não Faturado				80.675	87.166
Serviços Prestados a Terceiros Não Faturado				16.546	
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				30.703	17.710
Serviços Prestados a Terceiros		14.263	38.520	52.783	22.616
Acordo CAESB (Nota 4e)				6.784	10.134
Concessionárias e Permissionárias	3.672		448	4.120	5.426

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/09/2014	Total 31.12.2013
Parcelamentos a Faturar CP e LP				8.347	4.984
Serviço Taxado	258	247	343	848	1.113
Outros				818	1.360
Arrecadação a Classificar				(5.910)	(4.647)
TOTAL	99.423	98.791	155.769	491.946	407.771
Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa				(47.281)	(44.834)
Contas a receber líquido	99.423	98.791	155.769	444.665	362.937

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	20.145	20.013	49.626	41.580
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			24.487	25.818
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			10.879	9.841
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			7.717	12.647
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			792	769
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias			587	1.229
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			456	504
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias			81	77
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(1.251)	(1.119)	(47.344)	(47.631)
Total	18.894	18.894	47.281	44.834

Em dezembro de 2012, a CEB registrou provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre fatura de serviço (Obra de iluminação pública) prestado. O motivo do provisionamento foi que a Secretaria de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal não reconheceu a obrigação de liquidar a fatura em função de não haver empenho e ordem de serviço autorizando a execução da obra. A CEB vem discutindo o assunto junto a Secretaria de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal e envidando esforço no sentido de a dívida seja reconhecida e liquidada pelo Órgão do GDF.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.894	61.767
Adições		17.543
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(32.923)
Reversões		(1.553)
Saldo em dezembro de 2013	18.894	44.834
Adições		17.358
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(14.911)
Saldo em 30 de setembro de 2014	18.894	47.281

No exercício de 2012, iniciou-se o estudo de recuperação de débitos relativos à dedutibilidade fiscal das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica, segundo os critérios disciplinados pela Lei 9.430/96.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2014, a CEB D reconheceu como perdas o montante de R\$ 14.911 (R\$ 29.278 no trimestre findo em 30/09/2013).

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta em R\$ 174.668 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 110.484 em 31 de dezembro de 2013) compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005.

A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Em 01 de agosto de 2014, a Administração recebeu ofício conjunto do Governo do Distrito Federal (GDF), solicitando a instrução de Processo Administrativo demonstrando os valores a receber junto ao Governo, para que possam efetuar a análise do pleito de reconhecimento dos débitos, e posterior negociação. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento, não provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Saldos Vincendos	16.546	264	41.281	18.005
Vencidos até 90 dias	14.263	1.838	41.397	23.435
Vencidos de 91 a 360 dias	18.375	501	44.538	21.413
Vencidos há mais de 360 dias	1.251	1.119	47.452	47.631
Total	50.435	3.722	174.668	110.484

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias, sem provisão:	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Secretarias de Governo do Distrito Federal	219	219	14.928	15.976
Administrações Regionais	866	696	28.121	27.921
Empresas do GDF	96	134	2.964	2.358
Outras	70	70	1.331	1.376
Total	1.251	1.119	47.344	47.631

(e) Acordo realizado com a Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB

Em agosto de 2011, a CEB D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos créditos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, relativos a encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor dos créditos reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizadas pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 30 de setembro de 2014:

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data do Acordo	28.237
Amortização	(21.142)
Ajuste a Valor Presente	(311)
Valor do parcelamento em 30 de setembro de 2014	6.784
Circulante	6.784

O acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original da contas a receber.

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.415	3.415	21.501	15.457
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	668	668	8.475	5.248
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.204	3.197	3.994	3.377
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			19.519	23.264
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS			222	840
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS		80	2.709	2.113
Programa de Integração Social - PIS	387	387	435	569
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Outros			94	94
Total	8.218	8.291	57.493	51.506
Circulante	8.218	8.291	40.286	29.307
Não circulante			17.207	22.199

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da Controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(d) Ativos Fiscais Diferidos não Reconhecidos

A Companhia e sua Controlada CEB D não registram os efeitos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue abaixo o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 30 de setembro de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Diferenças Temporárias				<u>Reapresentado</u>
Contingências Regulatórias			18.307	3.221
Contingências Cíveis			2.221	2.104
Contingências Trabalhistas	13	22	2.604	2.302
Contingências Fiscais	2.781	2.772	2.781	2.772
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados				623
Devedores Duvidosos	6.400	6.400	16.423	15.591
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			15.358	13.425
Outras Provisões			3.951	3.438
Subtotal	9.194	9.194	61.645	40.255
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	34.718	34.723	62.214	62.219
Total	43.912	43.917	123.859	105.695

8 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Serviços em Curso (a)		4.662	29.302	22.117
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			17.441	621
Dividendo/JSCP s a Receber	15.709	11.539	1.902	10.256
Desativações em Curso (b)			8.322	6.754
Crédito com Empregados	66	13	5.352	1.435
Despesas Pagas Antecipadamente			3.951	3.537
Previdência Privada dos Empregados			5.002	4.888
Títulos de Crédito a Receber (c)			1.149	1.160
Coligadas e Controladas	182	128		

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Outros Créditos	818	817	2.761	2.025
Total	16.775	17.159	75.182	52.793
Circulante	16.593	17.031	73.416	50.959
Não Circulante	182	128	1.766	1.834

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço registrado na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.
- c) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis das classes “A” e “B”, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.
- d) Refere-se ao ressarcimento a receber de competência de junho de 2013 a ser efetuado pela Centrais Elétricas do Brasil – ELETROBRAS à controlada CEB D, relacionado ao risco hidrológico, exposição involuntária e Encargos do Sistema por razão de segurança energética.

9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Aplicações Financeiras	295	295
Circulante	295	295

Em 17 de outubro 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária e decidiram exercer a opção de resgate da totalidade das ações preferenciais classe B de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB-Corumbá. Em virtude dessa opção, a CEB Participações S.A. resgatou em janeiro de 2013 94% das posições dos valores aplicados no fundo e os 6% restantes permaneceram para manutenção de contingências oferecidas em desfavor do Fundo. Em dezembro de 2013, a CEB Participação S.A realizou depósito judicial no montante de R\$ 304 para atender a ação de litígio vinculada ao Fundo.

10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da Controlada CEB D S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Bloqueios Judiciais	3.926	3.803	3.926	5.092
Cauções	727	673	11.783	6.777
Depósitos Recursais			4.466	4.922
(-) Provisão para Perdas de Depósitos Recursais			(4.163)	(4.163)
Total	4.653	4.476	16.012	12.628
Não Circulante	4.653	4.476	16.012	12.628

11 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 30 de setembro de 2014, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) até o trimestre findo em 30 de setembro de 2014 está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2013	729.119
Adições	73.093
Baixas	(4.399)
Saldos em 30 de setembro de 2014	797.813

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

12 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Avaliados por Equivalência Patrimonial	346.686	587.193	377.351	403.434
Propriedade para Investimento (c)			276.115	276.115
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.759	1.756	1.759	1.756
Total	351.677	592.181	658.457	684.537

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						30/09/2014	31/12/2013
CEB Distribuição S.A	580.532	29.928	100,00	100,00	350.532.450	29.928	220.937
CEB Lajeado S.A	145.656	340.756	59,93	59,93	82.013.911	112.203	127.132
Corumbá Concessões S.A	218.966	188.819	45,21	9,30	256.009.911	85.369	118.619
Energética Corumbá III S.A	119.373	153.707	37,50	25,00	45.594.783	57.640	55.353
CEB Participações S.A	41.271	44.504	100,00	100,00	41.270.415	44.504	50.885
CEB Geração S.A	7.575	16.783	100,00	100,00	7.575.212	16.783	13.943
Companhia Brasiliense de Gás	4.921	1.526	17,00	51,00	30.600	259	324
Total						346.686	587.193

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						30/09/2014	31/12/2013
Corumbá Concessões S.A	218.966	188.819	47,57	9,30	269.294.911	89.798	124.838
Investco S.A	804.459	1.149.565	20,00	20,00	133.563.595	229.913	223.243
Energética Corumbá III S.A	119.373	153.707	37,50	25,00	45.594.783	57.640	55.353
Total						377.351	403.434

• Informações financeiras resumidas

Investidas	30/09/2014			31/12/2013		30/09/2013
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A	1.784.206	1.754.278	1.285.088	1.748.264	1.527.327	1.093.927
Corumbá Concessões S.A	749.857	561.038	104.103	721.433	459.069	99.359
CEB Lajeado S.A	392.050	51.294	87.715	396.158	36.190	82.195

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	30/09/2014			31/12/2013		30/09/2013
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
Energética Corumbá III S.A	237.166	83.459	26.255	237.948	90.340	24.768
CEB Participações S.A	45.349	935	10.111	53.275	2.390	9.932
CEB Geração S.A	18.615	1.833	13.963	16.320	2.379	10.798
Companhia Brasiliense de Gás	1.801	275	2.735	2.222	317	3.856

• Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora							
	Períodos de três meses findos em:				Períodos de nove meses findos em:			
	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/09/2014	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2013
CEB Distribuição S.A	(13.294)	(13.294)	77.177	77.177	(155.384)	(155.384)	(5.261)	(5.261)
CEB Lajeado S.A	1.287	720	11.042	6.174	18.089	10.116	25.386	14.196
Energética Corumbá III S.A	142	53	3.990	1.496	5.877	2.204	8.779	3.292
CEB Geração S.A	740	741	2.483	2.483	6.629	6.629	5.324	5.324
Corumbá Concessões S.A	(4.805)	(2.174)	5.639	2.550	(73.545)	(33.250)	9.994	4.519
CEB Participações S.A	881	165	1.961	1.961	523	523	3.630	3.630
Companhia Brasiliense de Gás	(103)	(17)	(121)	(19)	(379)	(64)	(418)	(70)
Total	(15.152)	(13.805)	102.171	91.822	(198.190)	(169.226)	47.434	25.630

• Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora							
	CEB Distribuição S.A	CEB Lajeado S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	CEB Participações S.A	CEB Geração S.A	Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	359.082	121.589	101.444	51.342	48.356	13.212	339	695.364
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		(15.676)	(1.803)	(1.203)	(3.705)	(7.246)		(29.633)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(145.269)	21.185	18.978	4.622	6.234	7.977	(92)	(86.365)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	7.124	34						7.158
Aumento de Capital				576			77	653
Ganho na Variação de Percentual				16				16
Saldo em 31 de dezembro de 2013	220.937	127.132	118.619	55.353	50.885	13.943	324	587.193
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		(25.045)			(6.905)	(3.789)		(35.739)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(155.384)	10.116	(33.250)	2.204	523	6.629	(64)	(169.226)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(35.625)							(35.625)
Ganho na Variação de Percentual				83				83
Saldo em 30 de setembro de 2014	29.928	112.203	85.369	57.640	44.503	16.783	260	346.686

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	221.908	106.707	51.342	379.957
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(14.705)	(1.832)	(1.203)	(17.740)
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.040	19.963	4.622	40.625
Aumento de Capital			576	576
Ganho na Variação de Percentual			16	16
Saldo em 31 de dezembro de 2013	223.243	124.838	55.353	403.434
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(5.222)	(63)		(5.285)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.892	(34.977)	2.204	(20.881)
Ganho na Variação de Percentual			83	83
Saldo em 30 de setembro de 2014	229.913	89.798	57.640	377.351

(c) Propriedade para Investimento

Nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, a Controlada CEB D transferiu os bens que estavam registrados na rubrica de “Ativos Mantidos para Venda” para a rubrica de “Propriedade para Investimento”. Em 31 de dezembro de 2012, foi transferido o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR I55/1/DF e em 31 de dezembro de 2013 os demais bens. A transferência foi realizada para atender ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8 que, determina que em caso de não realização da venda do ativo no prazo de 1 ano, o ativo deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao ativo pela administração.

Os bens registrados em “Propriedade para Investimento” são avaliados pelo custo.

O valor justo dos bens foram obtidos através de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			
			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m²	274.400	274.400	373.349	fev/14
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M - Guará	1.200 m²	20	20	2.104	fev/14
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) Trecho 04 Quadra 10 - Lago Sul	1.600 m²	126	126	2.437	fev/14
Prédio	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 - Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m²	673	673	20.875	mai/13
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial - Taguatinga	10.500 m²	896	896		
Total			276.115	276.115	398.765	

(d) Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 229.823, dos quais R\$ 228.555 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A e R\$ 1.268 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS.

A seguir estão apresentadas suas informações contábeis das controladas:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) CEB Lajeado S.A

Balanco Patrimonial	30/09/2014	31/12/2013
Circulante	42.907	54.303
Caixa e equivalentes de caixa	17.733	32.233
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	15.529	11.720
Juros sobre Capital Próprio a Receber		7.220
Demais Créditos	9.645	3.130
Não Circulante	349.143	341.855
Títulos a Receber - Investco S.A	1.149	1.160
Cauções em Garantia CCEE	10.155	5.246
Demais Créditos	330	330
Investimentos	229.913	223.243
Imobilizado	161	25
Intangível	107.435	111.851
Total de Ativo	392.050	396.158
Circulante	51.294	36.190
Fornecedores	11.065	1.285
Tributos e Contribuições Sociais	6.549	10.770
Obrigações Societárias	24.799	15.463
Demais Obrigações	8.881	8.672
Patrimônio Líquido	340.756	359.968
Total Passivo	392.050	396.158

Demonstração de Resultado	30/09/2014	30/09/2013
Receita Operacional Líquida	87.715	82.195
Custo com Energia	(39.610)	(18.798)
Custos de Operação	(34.176)	(32.492)
Despesas Operacionais	(7.474)	(6.620)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.892	9.860
Receitas Financeiras, Líquidas	5.162	1.491
Imposto de Renda/Contribuição Social	(5.420)	(10.250)
Lucro Líquido do Período	18.089	25.386

(ii) Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS

Balanco Patrimonial	30/09/2014	31/12/2013
Circulante	755	957
Caixa e equivalentes de caixa	452	696
Contas a Receber	177	168
Demais Créditos	126	93
Não Circulante	1.046	1.265
Demais Créditos		15
Imobilizado	8	10
Intangível	1.038	1.240
Total de Ativo	1.801	2.222
Circulante	275	317
Fornecedores	205	235

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	30/09/2014	31/12/2013
Tributos e Contribuições Sociais	42	45
Folha de Pagamento	23	33
Demais Obrigações	5	4
Patrimônio Líquido	1.526	1.905
Total Passivo	1.801	2.222

Demonstração de Resultado	30/09/2014	30/09/2013
Receita Operacional Líquida	2.735	3.361
Custo dos Serviços Prestados	(2.514)	(3.083)
Despesas Operacionais	(640)	(715)
Receitas Financeiras, Líquida	40	18
Prejuízo do Período	(379)	(419)

(e) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Balanco Patrimonial	30/09/2014	31/12/2013
Circulante	14.360	15.908
Caixa e equivalentes de caixa	9.879	12.120
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	4.230	3.160
Demais Créditos	251	628
Não Circulante	222.806	222.040
Fundos Vinculados	5.177	4.889
Demais Créditos	962	133
Imobilizado	212.042	212.594
Intangível	4.625	4.424
Total de Ativo	237.166	237.948
Circulante	20.787	22.065
Fornecedores	2.215	160
Tributos e Contribuições Sociais	446	461
Empréstimos e Financiamentos	7.268	7.298
Dívidas com pessoas ligadas	10.275	10.256
Demais Obrigações	583	3.890
Não Circulante	62.672	68.275
Empréstimos e Financiamentos	56.874	62.206
Bens de Uso Público	5.798	6.069
Patrimônio Líquido	153.707	147.608
Total Passivo	237.166	237.948

Demonstração de Resultado	30/09/2014	30/09/2013
Receita Operacional Líquida	26.255	24.768
Custo com Energia	(8.150)	(3.116)
Custos de Operação	(6.523)	(6.754)
Despesas Operacionais	(1.393)	(1.304)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração de Resultado	30/09/2014	30/09/2013
Despesas Financeiras, Líquidas	(3.344)	(3.972)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(968)	(843)
Lucro Líquido do Período	5.877	8.779

(f) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Balanço Patrimonial	30/09/2014	31/12/2013
Circulante	745	2.682
Caixa e equivalentes de caixa	511	442
Demais Créditos	234	2.240
Não Circulante	117.640	120.554
Imobilizado/Intangível	117.640	120.554
Total de Ativo	118.385	123.236
Circulante	687	3.999
Fornecedores	581	3.888
Tributos e Contribuições Sociais	101	111
Demais Obrigações	5	
Não Circulante	6.390	5.364
Outras Obrigações	6.390	5.364
Patrimônio Líquido	111.308	113.873
Total Passivo	118.385	123.236

(g) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do grupo.

13 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.130	1.098	874	97	148	2	15.349
Adições						828	828
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.130	1.098	874	97	148	830	16.177
Adições		1.365	21				1.386
Transferências			(189)		221	(830)	(798)
Saldo em 30 de setembro de 2014	13.130	2.463	706	97	369		16.765

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(129)	(223)	(97)	(31)		(480)
Depreciação		(44)	(92)		(48)		(184)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(173)	(315)	(97)	(79)		(664)
Depreciação		(51)	(34)		(16)		(101)
Transferências			118		(118)		
Saldo em 30 de setembro de 2014		(224)	(231)	(97)	(213)		(765)
Imobilizado Líquido – 30/09/2014	13.130	2.239	475		156		16.000
Imobilizado Líquido – 31/12/2013	13.130	925	559		69	830	15.513
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		

	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro 2012	14.097	13.418	17.023	42.982	12.622	6.985	143	59.554	166.824
Adições				2.609	3.343	1.100		141.537	148.589
Baixas				(4)					(4)
Transferências		410	(424)	(30)		(13)	20	(124.048)	(124.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.097	13.828	16.599	45.557	15.965	8.072	163	77.043	191.324
Adições			3.242	1.107	1.391	1.163		44.145	51.048
Transferências			1.365	(189)		221		(63.941)	(62.544)
Saldo em 30 de setembro de 2014	14.097	13.828	21.206	46.475	17.356	9.456	163	57.247	179.828
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro 2012		(3.082)	(8.396)	(26.300)	(7.903)	(2.533)	(118)		(48.332)
Depreciação/Amortização		(295)	(488)	(1.735)	(1.356)	(547)	(4)		(4.425)
Transferências		(127)	164	(95)		6	(8)		(60)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(3.504)	(8.720)	(28.130)	(9.259)	(3.074)	(130)		(52.817)
Depreciação		(224)	(403)	(1.356)	(1.229)	(409)			(3.621)
Transferências				118		(118)			
Saldo em 30 de setembro de 2014		(3.728)	(9.123)	(29.368)	(10.488)	(3.601)	(130)		(56.438)
Imobilizado Líquido - 30/09/2014	14.097	10.100	12.083	16.989	6.868	5.855	33	57.247	123.390
Imobilizado Líquido - 31/12/2013	14.097	10.324	7.879	17.107	6.706	4.998	33	77.043	138.507
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 INTANGÍVEL

Consolidado						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	238.898	90.230	50.435	2.854	158.946	541.363
Adições	9.390	195.701	2.917	3.820		211.828
Baixas	(2.273)	(103.615)		(3.076)		(108.964)
Obrigações Especiais	(935)	(86.998)				(87.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	245.080	95.318	53.352	3.598	158.946	556.294
Adições	2.631	90.857		12.233		105.721
Baixas	(30)	(98.023)				(98.053)
Obrigações Especiais	6.732	(45.226)				(38.494)
Saldo em 30 de setembro de 2014	254.413	42.926	53.352	15.831	158.946	525.468
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(158.055)		(41.283)		(41.209)	(240.547)
Amortizações	(35.513)		(3.240)		(5.886)	(44.639)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(193.568)		(44.523)		(47.095)	(285.186)
Amortizações	(29.246)		(2.612)		(4.416)	(36.274)
Saldo em 30 de setembro de 2014	(222.814)		(47.135)		(51.511)	(321.460)
Intangível Líquido - 30/09/2014	31.599	42.926	6.217	15.831	107.435	204.008
Intangível Líquido - 31/12/2013	51.512	95.318	8.829	3.598	111.851	271.108

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).Direito de Exploração de Concessão de Geração - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que foi decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Suprimento de Energia Elétrica			293.934	240.877
Materiais e Serviços (*)	8.909	6.902	88.249	100.547
Encargos de Uso de Rede Elétrica			11.383	7.003
Fornecedores de Gás			195	226
Bens de Uso Público			1.138	
Total	8.909	6.902	394.899	348.653
Circulante	8.909	6.902	393.761	344.101
Não Circulante			1.138	4.552

(*) O saldo consolidado em 30 de setembro de 2014 contempla parcela de R\$ 20.049, pertencente à controlada CEB D, cujo valor encontra-se em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios. Não é possível estimar quanto aos possíveis efeitos que possam advir quando da conclusão do referido processo de conciliação.

Eventos não recorrente que impactaram a rubrica de Suprimento de Energia Elétrica:

a) Diferença de tarifa de Energia de Angra I e Angra II – ELETRONUCLEAR

Diferença de tarifa proveniente de alteração na regulamentação por parte da ANEEL, estabelecendo nova metodologia para cálculo da tarifa entre Furnas e Eletronuclear. A Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009, definiu que o diferencial entre essas tarifas seria rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. O valor do diferencial a que se refere o artigo 12º da Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009, apresentado por último pela Resolução nº 1.585 de 13 de agosto de 2013 que compete a esta Companhia é de R\$ 11.552. Deste montante, R\$ 3.572 já foi pago em 2013, ficando o restante dividido para pagamento em 2014 e 2015.

b) Diferença de tarifa de Energia Adquirida de Corumbá Concessões

No período da construção da Usina de Corumbá Concessões ocorreram atrasos na entrada em operação comercial definida originalmente no contrato. Para cumprir o contrato, Corumbá buscou energia no mercado de Curto Prazo. O preço da energia adquirida no curto prazo estava inferior ao preço contratual. Diante disso, à época, a ANEEL foi consultada e manifestou-se que a Resolução Normativa - RN nº 165 de 19 de setembro de 2005 se aplicava ao caso em questão. Referiu-se, inclusive ao Art. 3º que previa o seguinte: “Qualquer que seja o custo incorrido pelo agente vendedor na celebração dos contratos de compra e venda de energia, só será considerado, para fins de repasse aos contratos de venda originais e consequentemente às tarifas dos consumidores finais, o menor valor entre, o valor da energia do contrato de compra;; o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, acrescido de 10% (dez por cento); ou o preço da energia no contrato de venda original,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de setembro de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.168, contrariando o posicionamento constante do Ofício nº 326, resolve declarar que não são aplicáveis os termos da RN 165 ao Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre Corumbá Concessões e esta Companhia, e que, portanto, o valor a ser aplicado no custo da compra da energia é o valor original do contrato. Aplicando o preço original e as regras de correção previstas no instrumento contratual, resulta para a CEB Distribuição uma obrigação no montante de R\$ 42.705.

c) Passivo decorrente de energia de curto prazo

A CEB D constituiu provisão no montante de R\$ 117.386 devido à ausência de leituras dos consumos em linhas de interligação com Furnas e nas conexões de fronteira. Do total provisionado, R\$ 88.000 refere-se a duas linhas de interligação com Furnas e a ausência de mediação deste consumo ocorreu no período de abril/2013 a outubro/13, o valor foi provisionado em 2013. O montante de R\$ 20.308 foi provisionado no primeiro trimestre de 2014 e é relativo à ausência de consumos nas conexões de fronteira das Linhas de Samambaia Oeste de Ceilândia Norte. Em abril de 2014 foi contabilizado o montante de R\$ 9.078, referente às Linhas de Samambaia Oeste.

No terceiro trimestre de 2014 a CCEE realizou a compensação de parte dos valores provisionados no montante de R\$ 50.182, referente aos meses de abril, junho e setembro. Desta forma, o saldo a ser reposto pela CEB D em reprocessamentos das contabilizações do mercado de curto prazo ao longo do ano de 2014 é de R\$ 67.204.

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.269	97.305	152.851	153.837
Outros Tributos (c)	1.489	896	161.964	110.076
Total	98.758	98.201	314.815	263.913
Circulante	1.446	821	169.061	118.091
Não Circulante	97.312	97.380	145.754	145.822

(b) Imposto do Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	112.233	113.102
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.783	40.618	40.735
Total	97.269	97.305	152.851	153.837
Circulante		36	7.152	8.138
Não Circulante	97.269	97.269	145.699	145.699

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(165.728)	19.965	(165.728)	19.965	(150.983)	57.838	(150.983)	57.838
Equivalência Patrimonial - Coligadas					20.881	(17.906)	20.881	(17.906)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(8.440)	(10.367)	(8.440)	(10.367)
Total do Resultado Tributado	(165.728)	19.965	(165.728)	19.965	(138.542)	29.565	(138.542)	29.565
Ajuste RTT					163	5.339	163	5.339
Equivalência Patrimonial	169.226	(25.630)	169.226	(25.630)				
Exclusões Permanentes, Líquidas	(105)	(505)	(105)	(505)	1.367	29.384	1.367	29.384
Adições Permanentes	117	46	117	46	15.789	43.429	15.789	43.429
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					6.673	7.247	6.673	7.247
Atualização Monetária de Passivos Regulatórios					2.899		2.899	
Perdas - Outras					554	2.009	554	2.009
Perda sobre Conta a Receber - Governo do Distrito Federal					93	28.986	93	28.986
Encargos/Gratificações/Alimentação de Diretores					545	392	545	392
Contribuições não Compensatórias					76	50	76	50
Subvenção de Energia Elétrica					362	284	362	284
Amortização de Ágio sobre Investimentos					4.415	4.415	4.415	4.415
Outras Adições	117	46	117	46	172	46	172	46
Exclusões Permanentes	(222)	(551)	(222)	(551)	(14.422)	(14.045)	(14.422)	(14.045)
Dividendos Recebidos	(222)	(551)	(222)	(551)	(286)	(551)	(286)	(551)
Depreciação/Amortização Acumulada - Reavaliação BRR 396/2010					(4.161)		(4.161)	
Constituição e Realização de Ativos e Passivos Regulatórios					(8.226)	(4.405)	(8.226)	(4.405)
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios					(1.692)	(9.089)	(1.692)	(9.089)
Outras					(57)		(57)	
Adições/(Exclusões) Temporárias	(3.346)	2.203	(3.346)	2.203	76.030	5.747	76.030	5.747
Adições Temporárias	13.218	2.306	13.218	2.306	553.949	64.755	553.949	64.755
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	35	2.306	35	2.306	5.616	19.640	5.616	19.640
Provisão de Benefício Pós-Emprego - Assistencial Aposentados					28.706	28.645	28.706	28.645
Provisão de Suprimento/Energia de Curto Prazo					471.186		471.186	
Provisão de Encargos no Curto Prazo					8.045		8.045	
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais					1.812		1.812	
Provisão para Devedores Duvidosos					17.358	11.269	17.358	11.269
Provisão de Custo dos Serviços	13.183		13.183		13.183		13.183	
Atualização Monetária - Superávit de Baixa Renda					7.738	5.201	7.738	5.201
Outras Adições					305		305	
Exclusões Temporárias	(16.564)	(103)	(16.564)	(103)	(477.919)	(59.008)	(477.919)	(59.008)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	(18)	(86)	(18)	(86)	(559)	(1.878)	(559)	(1.878)
Reversão de Benefício Pós- Emprego Assistencial Aposentados					(23.019)	(23.098)	(23.019)	(23.098)
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos					(14.911)	(29.709)	(14.911)	(29.709)
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros					(1.904)	(4.296)	(1.904)	(4.296)
Reversão de Provisão de Suprimentos/Energia de Curto Prazo					(409.627)		(409.627)	
Reversão de Provisão de Encargos no Curto Prazo					(11.353)		(11.353)	
Receita não Faturada	(16.546)		(16.546)		(16.546)		(16.546)	
Outras Exclusões		(17)		(17)		(27)		(27)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	47	(3.967)	47	(3.967)	(60.982)	70.035	(60.982)	70.035

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	(14)		(14)					
Base de Cálculo	33	(3.967)	33	(3.967)	(60.982)	70.035	(60.982)	70.035
Aliquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	5		3			17.447		6.295
IRPJ/CSLL - Prejuízo Fiscal e Base Negativas não Constituídos						1.010		395
IRPJ/CSLL sobre Lucro Fiscal Tributável de Controladora e Controladas					3.985		1.442	
IRPJ - Lucro Presumido					1.149	1.408	518	424
Ajustes IRPJ/CSLL - Exercício - 2013 e 2012	272	1.549	107	512	272	1.588	107	525
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	277	1.549	110	512	5.406	21.453	2.067	7.639

(*) Alíquota de 15% e 10% de Adicional para o IRPJ.

Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 15). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como propriedade para investimento. Outro evento que gerou o reconhecimento de passivo fiscal diferido foi o ganho sobre o registro do VNR (Valor Novo de Reposição) que foi registrado também na controlada CEB D. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por ocasião da venda dos terrenos e pela realização do VNR.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	107.126	107.126
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	38.573	38.573
Total	97.269	97.269	145.699	145.699
Não Circulante	97.269	97.269	145.699	145.699

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS	80	157	147.476	101.138
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	402	373	6.410	2.120
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	293	9	3.059	1.640
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	427	65	2.113	1.062
Programa de Integração Social – PIS	64	2	1.383	345
Outros	223	290	1.523	3.771
Total	1.489	896	161.964	110.076
Circulante	1.446	785	161.909	109.953
Não Circulante	43	111	55	123

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Em 30 de setembro de 2014 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 220.491, atualizado pelo INPC.

A composição do valor a repassar está apresentado a seguir:

Ano	Valores arrecadados e não repassados	Valores faturados e não arrecadados	Atualização Monetária	Total
2007	804	19	363	1.186
2008	13.211	419	5.538	19.168
2010	12.593	148	4.737	17.478
2013	55.931	191	3.890	60.012
2014	107.842	13.871	934	122.647
Total	190.381	14.648	15.462	220.491

• Movimentação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP

Saldo em 31 de dezembro de 2013	121.144
Faturamento do Período	128.155
Atualização Monetária	5.192
Repasse ao Governo do Distrito Federal	(34.000)
Saldo em 30 de setembro de 2014	220.491

18 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Superávit de Baixa Renda (a)	105.621	97.883
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	70.333	58.726
Encargos do Consumidor a Recolher	2.735	1.492
Total	178.689	158.101
Circulante	40.313	30.193
Não Circulante	138.376	127.908

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

(b) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Programa de Eficiência Energética - PEE	49.065	41.125
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	20.476	17.094
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	526	339
Ministério de Minas e Energia – MME	266	168
Total	70.333	58.726

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	30/09/2014	31/12/2013	
ELETROBRÁS	28.559	40.250	Taxa. de Administração + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)	5.459	6.001	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	71.776	84.841	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil	23.494		CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A		98.475	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A		31.781	129% do CDI CETIP (durante o período de utilização)
Caixa Econômica Federal S.A	126.923		145% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Total	256.211	261.348	
Circulante	54.220	119.207	
Não Circulante	201.991	142.141	

(a) Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D

Os empréstimos da controlada CEB D não possuem cláusulas de *covenants*.

Os montantes das dívidas classificadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2014 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2015	12.852
2016	37.986
2017	43.817
2018	40.492
2019 em diante	66.844
Total	201.991

(b) Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	261.348
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	174.443
Encargos Incorridos no Período	19.704
Custo de Transação	(920)
Encargos Financeiros Pagos	(16.979)
Amortizações de principal	(181.385)
Saldo em 30 de setembro de 2014	256.211

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Planos de benefícios

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB D e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB D
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB D tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciários, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, estando divididas em função de cada plano previdencial e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia e suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que deram suporte ao presente trabalhos são constituídas de base cadastral referente ao plano previdencial e plano de saúde. O conjunto de informações diz respeito à utilização dos planos de saúde nos

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

últimos doze meses, informações contábeis posicionadas em 31 de agosto de 2014 e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado em 31 de agosto de 2014.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Plano de Previdência	56.398	74.361
Plano de Assistência	313.311	271.999
Programa de Demissão Voluntária	2.819	6.385
Total	372.528	352.745
Circulante	64.310	66.075
Não Circulante	308.218	286.670

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

	Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Previdência	5.747	5.263
Assistência	23.037	23.538
Total	28.784	28.801

b) Planos Previdenciário e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações atuariais				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(985.140)	(1.236.263)	(271.999)	(271.338)
Custo do serviço corrente	(7.577)	(10.606)	(2.032)	(2.669)
Custo de juros	(77.618)	(113.860)	(24.874)	(24.990)
Ganhos/(Perda) atuariais	(115.433)	316.383	(34.924)	(8.688)
Benefícios Pagos pelo plano	44.095	59.206	20.004	35.686
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(1.141.673)	(985.140)	(313.825)	(271.999)

Análise da obrigação atuarial do plano

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Valor presente da obrigação atuarial	1.141.673	985.140	313.825	271.999
Valor justo dos ativos do plano	(1.128.409)	(962.786)		
Valor presente da obrigação coberta	1.128.409	962.786		
Valor presente da obrigação sem cobertura	13.264	22.354	313.825	271.999
Status do Plano	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Valor justo dos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	962.786	1.139.775		
Rendimento esperado dos ativos do plano	75.539	104.973		
Contribuições recebidas pelo fundo - Patrocinador	26.766	31.225	20.004	35.686
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	7.154	11.891		
Benefícios Pagos pelo plano	(44.095)	(59.206)	(20.004)	(35.686)
Ganhos/(Perda) atuariais	100.259	(265.872)		
Valor justo dos ativos do plano no final do período	1.128.409	962.786		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	30/09/2014	31/12/2013
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	13.264	22.354
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)	45.514	52.004
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período (Saldo da dívida com a FACEB)	58.778	74.358
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço		
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	22.354	75.893
Contribuições aportadas no plano	(26.765)	(31.225)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	15.174	(29.916)
Despesas do exercício	2.501	7.602
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	13.264	22.354

	Plano Assistencial	
	30/09/2014	31/12/2013
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	313.825	271.999
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período	301.724	271.999
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço		
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	271.999	110.914
Contribuições aportadas no plano	(20.004)	(35.686)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	34.924	169.112
Despesas do exercício	26.906	27.659
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	313.825	271.999

(i) Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.141.673, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.128.409 resultou em um déficit de R\$ 13.264, sendo, portanto inferior ao valor da provisão atualmente registrada pela CEB Distribuição S/A, no montante de R\$ 58.778, relativa ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB. Observa-se que o montante contabilizado pela CEB é suficiente para a cobertura da provisão total de benefícios pós-emprego do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.145.129) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 1.993), exigível contingencial (R\$ 4.662) e fundos (R\$ 10.065), resultando no valor justo de R\$ 1.128.409, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de agosto de 2014, um déficit atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo.

	30/09/2014	30/06/2014	31/03/2014	31/12/2013
Valor presente da Obrigação atuarial	1.141.673	1.081.490	1.006.762	985.140
Valor justo dos ativos do plano	(1.128.409)	(1.060.537)	(969.120)	(962.786)
Resultado	13.264	20.953	37.642	22.354

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2014, calculada com base nos custos normais, no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial, nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2014
Custo do serviço corrente	11.622
Custo dos juros	107.804
Rendimento esperado dos ativos do plano	(105.358)
Contribuições dos participantes	(10.059)
Total da despesa estimada	4.009

Plano CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S/A.

Conforme o balancete desse plano posicionado em 31 de agosto de 2014, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 12.162 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 12.162, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data desta reavaliação e além do patrimônio de cobertura do plano existem fundos previdenciais no montante de R\$ 174 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

PLANO CEB-SAÚDE

O plano CEB-SAÚDE não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêm a participação da CEB Distribuição S/A, bem como das demais Associadas, apenas

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

(iii) Plano Assistencial

A avaliação atuarial do plano CEB-ASSISTENCIAL, posicionada em 31 de agosto de 2014, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 313.825. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 31 de agosto de 2014 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 10.660; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 65.614; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 18.291 e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 219.260.

O passivo líquido contabilizado em 31 de agosto de 2014 era de R\$ 301.724 e, computadas as variações ocorridas em 2014, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atuarialmente em 31 de agosto de 2014 de R\$ 313.825, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-ASSISTENCIAL. Considerando-se que a provisão atualmente contabilizada é inferior ao montante aqui informado, há necessidade de aumento dessa provisão em R\$ 12.101.

A variação na obrigação atuarial decorreu da modificação na taxa de juros, conforme apresentada no quadro das premissas, que foi reduzida de 6,01%a.a. para 5,65%a.a..

Despesa estimada para o exercício:

	2014
Custo do serviço corrente	3.567
Custo dos juros	32.809
Total da despesa estimada	36.376

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo.

	30/09/2014	30/06/2014	31/03/2014	31/12/2013
Valor presente da Obrigação atuarial	313.825	299.814	270.883	271.999
Valor justo dos ativos do plano				
Resultado	313.825	299.814	270.883	271.999

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
Valores reconhecidos na DRE	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Custo do serviço corrente	(7.577)	(10.606)	(2.031)	(2.669)
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	7.154	11.891		
Custo de juros	(77.618)	(113.860)	(24.874)	(24.990)
Rendimento esperado dos ativos do plano	75.539	104.973		
Total da (despesas)/receita reconhecida no período	(2.502)	(7.602)	(26.905)	(27.659)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

Composição dos ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Disponível	0,18%	0,27%	N/A	N/A
Renda Fixa	87,22%	83,29%	N/A	N/A
Renda Variável	1,47%	6,00%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	7,51%	6,40%	N/A	N/A
Investimentos Imobiliários	1,05%	1,24%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	2,57%	2,80%	N/A	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

(iii) Premissas Atuariais

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
Premissas atuariais adotadas	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Financeira				
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	5,65%	6,47%	5,65%	6,47%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	11,80%	9,21%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Demográficas				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição familiar para cálculo de pensão e reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem			
Assistidos	Família informada no cadastro			

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Previdenciário			Plano Assistencial		
	30/09/2014	30/06/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/06/2014	31/12/2013
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,80%	11,80%	9,21%	N/A	N/A	N/A

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Contrato de Dívida Atuarial (*)

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB D assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de setembro de 2014:

As movimentações da dívida atuarial ocorreu conforme quadro a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.889	62.783	91.672
Amortização	(29.088)		(29.088)
Atualização	3.336	6.575	9.911
Transferências para o circulante	29.008	(29.008)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	32.145	40.350	72.495
Amortização	(23.288)		(23.288)
Atualização	2.920	3.420	6.340
Transferências para o circulante	19.591	(19.591)	
Saldo em 30 de setembro 2014	31.368	24.179	55.547

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo é a seguinte:

	30/09/2014	31/12/2013
Contribuições para o Plano	849	1.708
Contrato de Dívida	55.547	72.495
Total	56.396	74.203
Circulante	32.204	33.853
Não Circulante	24.192	40.350

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra b. (ii). a) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

d) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Circulante	Não Circulante	Total
Passivo em 31 de dezembro 2013	4.569	1.816	6.385
Amortização até Trimestre	(3.301)		(3.301)
Atualização até Trimestre		(266)	(266)
Transferências para o Circulante	1.398	(1.398)	
Passivo em 30 de setembro de 2014	2.666	152	2.818

21 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios provisionados

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Regulatórias			53.846	50.066
Trabalhistas	54	94	7.744	6.869
Fiscais	8.251	8.223	8.251	8.223
Cíveis			7.022	6.674
Total	8.305	8.317	76.863	71.832
Circulante	54	94	5.250	4.850
Não Circulante	8.251	8.223	71.613	66.982

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	96	9.148	9.244
Constituições de Provisão	15	2.295	2.310
Pagamentos		(2.153)	(2.153)
Reversão de Provisão	(17)	(1.067)	(1.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	94	8.223	8.317
Constituições de Provisão	7		7
Pagamentos	(34)		(34)
Atualização Monetária	5	28	33
Reversão de Provisão	(18)		(18)
Saldo em 30 de setembro de 2014	54	8.251	8.305

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.263	6.826	9.148	32.940	54.177
Constituições de Provisão	1.978	549	2.295	14.273	19.095
Pagamentos			(2.153)		(2.153)
Reversão de Retificadora PLR Exercício 2007 (a)	7.173				7.173
Reversão de Provisão	(8.933)	(1.022)	(1.067)		(11.022)
Atualização Monetária	1.388	321		2.853	4.562
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.869	6.674	8.223	50.066	71.832
Constituições de Provisão	861	20			881
Pagamentos	(43)				(43)
Reversão de Provisão	(458)	(30)			(488)
Atualização Monetária	519	355	28	3.779	4.681
Saldo em 30 de setembro de 2014	7.748	7.019	8.251	53.845	76.863

(a) O valor de R\$ 7.173 representa o valor depositado em juízo e que foi pago aos empregados da CEB D na forma de participação nos lucros/resultado no exercício de 2007, após decisão judicial favorável (liminar). A CEB D recorreu da decisão e constituiu uma provisão para contingência trabalhista mesmo valor. A provisão para contingência trabalhista era apresentada líquida do valor do ativo. Em dezembro de 2013, a CEB D reverteu à provisão constituída e para o valor do ativo foi constituída uma provisão para perdas prováveis no montante de R\$ 7.173.

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Demandas Regulatórias

A CEB D está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP e CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(b) Passivo Contingente

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza trabalhistas e cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de setembro de 2014 é apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Fiscais	21.529	21.529	21.529	21.529
Cíveis	245	245	1.963	1.933
Trabalhistas	150	150	640	584
Total	21.924	21.924	24.132	24.046

(i) Demandas Fiscais

Representam valores referentes às Contribuições Sociais de PIS e COFINS, que foram objeto de compensação com créditos existentes na Receita Federal por recolhimentos realizados a maior, e que, quando da solicitação da compensação através de PER/DCOMP estes não foram homologados pela Receita Federal. Os consultores legais da Companhia vêm buscando reverter a decisão da Receita Federal com a comprovação de que tais cobranças não procedem.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	212.000	212.000	212.000	212.000
Consumidores	1		10.455	10.108
Parcelamento de Multa ANEEL			5.812	7.425
Arrendamento			3.685	3.525
Consignações a Favor de Terceiros	52	89	3.572	4.996
Adiantamento de Clientes			2.551	
Retenção de Quotas RGR			724	724
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			720	952
Cauções e Garantia			691	732
Obrigações com Empresas Ligadas	167	107		
Outras Obrigações		19	3.148	4.092
Total	212.220	212.215	243.358	244.554
Circulante	220	215	26.929	26.284
Não Circulante	212.000	212.000	216.429	218.270

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que necessita de aprovação na assembleia de acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 31/12/2013). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/09/2014	31/12/2013
Ações Ordinárias	4.576.432	4.576.432
Ações Preferenciais	4.607.026	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	106.689	308.344
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.969)
Total	94.720	296.375
Quantidade de Ações	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	10,31	32,27

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Custo Atribuído (Deemed Cost)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2013, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817
Saldo em 30 de setembro de 2014, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

(ii) Ganhos/Perdas na Variação de Percentual em Participações Societárias

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. No Exercício de 2013, ocorreram os seguintes eventos: Em abril de 2013, houve novo aporte de capital pelos acionistas, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista, este fato gerou uma perda de R\$ 31. O outro evento foi a declaração dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o Capital Social da Controlada gerou um ganho de R\$ 47. Em abril de 2014, os acionistas Energ Power S.A e Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A realizaram aporte de capital no montante de R\$ 221. Esta operação gerou um ganho de capital a favor da CEB no valor de R\$ 83. A perda acumula registrada com a Controlada Energética Corumbá III S.A na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 776.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram e formalizaram a opção de compra da totalidade das ações preferência nominativa classe “B” de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho na variação de percentual de R\$ 18.623.

(ii) Perdas Atuariais – Plano Assistencial e Previdenciário

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuarial referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da Controlada CEB D no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrada no patrimônio líquido da Companhia de acordo com as regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2013, o montante da perda atuarial era de R\$ 158.116 e ao

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

final do terceiro trimestre de 2014 após nova avaliação atuarial realizada, o saldo da perda foi aumentado em R\$ 35.623, fechando o terceiro trimestre com uma perda de R\$ 193.739.

Em 30 de setembro de 2014, a composição do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” é a seguinte:

	30/09/2014	31/12/2013
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (ii)	18.623	18.623
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A	(776)	(859)
Perdas Atuarial - Plano Assistencial	(193.739)	(158.116)
Outras Movimentações - Coligadas	33	33
Total	12.958	48.498

(c) Resultado do exercício

No final do terceiro trimestre de 2014, a Companhia apurou um Prejuízo de R\$ 166.115 (R\$ 17.904 de Lucro Líquido em 30/09/2013).

(d) Reserva de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

- I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.
- II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Conforme consta no Estatuto Art. 37 parágrafo 1º “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe A, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB D;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – que tem como atribuição a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasiliense de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Em 30 de setembro de 2014, a Receita Operacional Bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços com o Governo do Distrito Federal (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias Estado de Governo e demais Órgãos) totalizou R\$ 280.099, representando 15,10% da Receita Operacional Bruta Consolidada (R\$ 262.534 – 15,38% da Receita Operacional Bruta Consolidada em 30/09/2014).

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 estão incluídas abaixo:

	Período de três meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	455.072	416.851	3.301	4.373	33.249	32.907	29.548	6.099	(33.390)	(31.969)	487.780	428.261
Energia Elétrica comprada para Revenda	(330.047)	(140.034)	(270)		(20.053)	(1.506)			33.193	31.767	(317.177)	(109.773)
Encargos de uso da rede elétrica	(25.057)	(19.060)	(196)	(192)	(2.859)	(3.115)			196	192	(27.916)	(22.175)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(355.104)	(159.094)	(466)	(192)	(22.912)	(4.621)			33.389	31.959	(345.093)	(131.948)
Pessoal	(38.759)	(43.695)	(683)	(601)	(642)	(534)	(3.119)	(3.060)			(43.203)	(47.890)
Entidade de Previdência Privada	(1.689)	(1.721)					(5)	(43)			(1.694)	(1.764)
Material	(1.545)	(1.784)	(3)	(6)		(1)	(1.065)	(69)			(2.613)	(1.860)
Serviço de Terceiros	(27.711)	(32.205)	(1.230)	(749)	(1.434)	(1.189)	(21.511)	(4.801)			(51.886)	(38.944)
Depreciação e Amortização	(10.921)	(10.295)	(89)	(90)	(1.651)	(1.646)	(90)	(105)			(12.751)	(12.136)
Provisões	(722)	(13.969)	(19)	(1)		(3)	(16)	57			(757)	(13.916)
Custo de Construção	(28.829)	(45.495)									(28.829)	(45.495)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(4.436)	(3.634)									(4.436)	(3.634)
Arrendamento					(10.033)	(9.597)					(10.033)	(9.597)
Outras	13.690	(4.286)	(201)	(222)	(2.845)	(1.130)	(924)	(1.068)		11	9.720	(6.695)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(100.922)	(157.084)	(2.225)	(1.669)	(16.605)	(14.100)	(26.730)	(9.089)		11	(146.482)	(181.931)
Equivalência Patrimonial					4.292	2.858	(13.805)	91.821	11.686	(87.775)	2.173	6.904
RESULTADO BRUTO	(954)	100.673	610	2.512	(1.976)	17.044	(10.987)	88.831	11.685	(87.774)	(1.622)	121.286
Receita Financeira	6.662	5.069	366	169	3.075	1.272	247	294			10.350	6.804
Despesa Financeira	(19.002)	(13.671)	(11)	(7)	(265)	(52)	(17)	(10)			(19.295)	(13.740)
RESULTADO FINANCEIRO	(12.340)	(8.602)	355	162	2.810	1.220	230	284			(8.945)	(6.936)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(13.294)	92.071	965	2.674	834	18.264	(10.757)	89.115	11.685	(87.774)	(10.567)	114.350
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(14.895)	(225)	(193)	617	(5.261)	(286)	(1)			106	(20.350)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(13.294)	77.176	740	2.481	1.451	13.003	(11.043)	89.114	11.685	(87.774)	(10.461)	94.000
Atribuível ao Acionista Controlador											(10.943)	17.904
Atribuível aos Acionistas não Controladores											482	10.842

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	455.072	416.851	3.301	4.373	33.249	32.907	29.548	6.099			521.170	460.230
Receita entre Segmentos	(197)	(203)			(33.193)	(31.766)					(33.390)	(31.969)
Receitas com Clientes Externos	454.875	416.648	3.301	4.373	56	1.141	29.548	6.099			487.780	428.261

	Período de nove meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.285.088	1.217.583	13.963	11.660	97.826	92.127	61.232	30.672	(94.502)	(89.649)	1.363.607	1.262.393
Energia Elétrica comprada para Revenda	(978.594)	(639.763)	(270)	(715)	(31.437)	(12.228)			93.915	89.041	(916.386)	(563.665)
Encargos de uso da rede elétrica	(58.519)	(78.380)	(583)	(576)	(8.642)	(9.526)			583	576	(67.161)	(87.906)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(1.037.113)	(718.143)	(853)	(1.291)	(40.079)	(21.754)			94.498	89.617	(983.547)	(651.571)
Pessoal	(125.956)	(126.458)	(2.120)	(1.724)	(1.833)	(1.448)	(9.077)	(8.113)			(138.986)	(137.743)
Entidade de Previdência Privada	(5.747)	(5.262)					(5)	(43)			(5.752)	(5.305)
Material	(3.883)	(4.078)	(46)	(19)	(7)	(17)	(3.032)	(103)			(6.968)	(4.217)
Serviço de Terceiros	(86.256)	(86.387)	(3.222)	(2.115)	(4.341)	(3.638)	(43.611)	(20.331)			(137.430)	(112.471)
Depreciação e Amortização	(34.372)	(31.298)	(269)	(269)	(4.949)	(4.945)	(305)	(316)			(39.895)	(36.828)
Provisões	(11.992)	(15.275)	(33)	(19)	(86)	(104)	(17)	(2.263)			(12.128)	(17.661)
Custo de Construção	(102.100)	(148.922)									(102.100)	(148.922)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(17.451)	(38.701)									(17.451)	(38.701)
Arrendamento					(30.098)	(28.790)					(30.098)	(28.790)
Outras	15.449	(12.992)	(947)	(839)	(8.488)	(3.567)	(2.887)	(3.218)	4	33	3.131	(20.583)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(372.308)	(469.373)	(6.637)	(4.985)	(49.802)	(42.509)	(58.934)	(34.387)	4	33	(487.677)	(551.221)
Equivalência Patrimonial					10.166	10.095	(169.226)	25.629	138.179	(17.818)	(20.881)	17.906
RESULTADO BRUTO	(124.333)	30.067	6.473	5.384	18.111	37.959	(166.928)	21.914	138.179	(17.817)	(128.498)	77.507
Receita Financeira	20.707	15.441	941	482	7.552	5.290	877	1.516			30.077	22.729
Despesa Financeira	(51.758)	(35.819)	(30)	(24)	(719)	(2.672)	(55)	(3.882)			(52.562)	(42.397)
RESULTADO FINANCEIRO	(31.051)	(20.378)	911	458	6.833	2.618	822	(2.366)			(22.485)	(19.668)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(155.384)	9.689	7.384	5.842	24.944	40.577	(166.106)	19.548	138.179	(17.817)	(150.983)	57.839
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(14.948)	(755)	(521)	(6.331)	(11.561)	(387)	(2.062)			(7.473)	(29.092)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(155.384)	(5.259)	6.629	5.321	18.613	29.016	(166.493)	17.486	138.179	(17.817)	(158.456)	28.747
Atribuível ao Acionista Controlador											(166.115)	17.905
Atribuível aos Acionistas não Controladores											7.659	10.842

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	1.285.088	1.217.583	13.963	11.660	97.826	92.127	61.232	30.672			1.458.109	1.352.042
Receita entre Segmentos	(587)	(608)			(93.915)	(89.041)					(94.502)	(89.649)
Receitas com Clientes Externos	1.284.505	1.216.975	13.963	11.660	3.911	3.086	61.232	30.672			1.363.607	1.262.393

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			483.602	440.560
Energia de Curto Prazo			84.324	58.408
Receita de Prestação de Serviços	32.263	5.602	32.986	7.787
Receita de Construção			28.829	45.495
Aporte de Recursos da CDE			9.730	7.544
Suprimento de Energia			6.948	7.955
Arrendamento e Aluguéis			6.082	6.416
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			4.248	3.717
Receita de Venda de Gás			1.162	1.431
Outras Receitas			466	1.079
Receita Operacional Bruta	32.263	5.602	658.377	580.392
Impostos	(645)	(112)	(96.411)	(87.704)
Contribuições	(2.985)	(518)	(62.318)	(56.543)
Encargos do Consumidor			(11.867)	(7.884)
Descontos Incondicionais			(1)	
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.630)	(630)	(170.597)	(152.131)
Receita Operacional Líquida	28.633	4.972	487.780	428.261

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			1.381.093	1.300.988
Energia de Curto Prazo			215.329	154.282
Receita de Construção			102.100	148.922
Receita de Prestação de Serviços	65.913	30.772	67.906	34.289
Aporte de Recursos da CDE			27.023	15.609
Suprimento de Energia			24.972	21.971
Arrendamento e Aluguéis			18.111	17.516
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			12.200	13.161
Receita de Venda de Gás			3.473	4.268
Outras Receitas			1.028	2.584
Receita Operacional Bruta	65.913	30.772	1.853.235	1.713.590
Impostos	(1.319)	(615)	(282.314)	(266.545)
Contribuições	(6.097)	(2.847)	(172.836)	(156.974)
Encargos do Consumidor			(34.477)	(27.678)
Descontos Incondicionais			(1)	
Deduções da Receita Operacional Bruta	(7.416)	(3.462)	(489.628)	(451.197)
Receita Operacional Líquida	58.497	27.310	1.363.607	1.262.393

(*) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 30 de setembro de 2014, o valor corresponde a R\$ 59.836 (R\$ 47.748 em 30/09/2013).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 30 de setembro 2014, os aportes de CDE totalizaram R\$ 27.023 (R\$ 15.609 em 30/09/2014), sendo R\$ 14.821 (R\$ 3.882 em 30/09/2014) referente à subvenção de baixa renda e R\$ 12.202 (R\$ 11.727 em 30/09/2014) referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto 7.945/2013 (Nota 8).

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Energia elétrica comprada para revenda	(278.853)	(188.270)	(770.202)	(634.359)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(52.637)	(19.319)	(186.701)	(75.795)
Encargos de uso da rede elétrica	(27.917)	(22.174)	(67.162)	(87.906)
Repasse da Conta - ACR Custo de Energia (i)	12.552		33.465	
Aporte de Recursos da CDE	1.763	97.815	7.053	146.489
Total	(345.092)	(131.948)	(983.547)	(651.571)

(i) Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014

O Governo Federal fundamentado na Lei nº 12.783/2013 publicou em 02 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo e custos do despacho termoeletrônico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da CONTA - ACR.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CONTA ACR um total de R\$ 33.465 referentes aos meses de fevereiro, março, maio e julho de 2014.

Aporte CDE – Decretos nºs 7891/2013 e 7.945/2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu em 23 de janeiro 2013, o Decreto 7.891, alterado pelo Decreto 7.945 de 7 de março de 2013 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

i. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);

ii. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);

iii. cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).

No trimestre findo em 30 de setembro 2014, a CEB D reconheceu como compensação do custo com energia elétrica, referente aos valores aportado pela CDE um total de R\$ 7.053 (R\$ 146.489 no trimestre findo em 30 de setembro de 2013).

(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal e Administradores	(3.077)	(6.148)	(43.207)	(47.890)
Serviço de Terceiros	(21.453)	(1.599)	(51.704)	(38.944)
Custo de Construção - concessão			(28.829)	(45.495)
Depreciação e Amortização	(22)	(36)	(12.751)	(12.136)
Arrendamento			(10.033)	(9.597)
(Provisão) / Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos			(4.436)	(3.634)
Material	(1.066)	(68)	(2.614)	(1.858)
Entidade de Previdência Privada		(21)	(1.689)	(1.764)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(1.054)	(891)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(629)	(727)
Propaganda e Publicidade			(181)	
Outras Despesas	(69)	(40)	(6.680)	(4.478)
Total	(25.687)	(7.912)	(163.807)	(167.414)
Classificados como:				
Custo da Operação			(277.974)	(309.023)
Custo dos Serviços Prestados	(48.873)	(21.688)	(48.873)	(24.849)
Despesas com Vendas			(63.070)	(84.110)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.890)	(6.717)	(115.812)	(118.233)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal e Administradores	(8.902)	(7.924)	(138.990)	(137.743)
Serviço de Terceiros	(43.374)	(20.086)	(136.763)	(112.471)
Custo de Construção - concessão			(102.100)	(148.922)
Depreciação e Amortização	(101)	(107)	(39.895)	(36.828)
Arrendamento			(30.098)	(28.790)
(Provisão) / Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos			(17.451)	(38.701)
Material	(3.031)	(100)	(6.969)	(4.216)
Entidade de Previdência Privada		(42)	(5.747)	(5.305)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(4.701)	(4.109)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(1.892)	(2.559)
Propaganda e Publicidade			(666)	
Outras Despesas	(355)	(146)	(20.457)	(16.571)
Total	(55.763)	(28.405)	(505.729)	(536.215)
Classificados como:				
Custo da Operação			(277.974)	(309.023)
Custo dos Serviços Prestados	(48.873)	(21.688)	(48.873)	(24.849)
Despesas com Vendas			(63.070)	(84.110)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.890)	(6.717)	(115.812)	(118.233)

(a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			8.092	7.782
Ressarcimento das CCEs			13.092	426
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			4.969	2.717
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios		69	542	468
Ganho na Baixa de Bens			1.712	(87)
Outras Receitas		17	39	16

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Subtotal		86	28.446	11.322
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(8.546)	(9.548)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(1.495)	(3.414)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(16)	(11)	(1.882)	(12.485)
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			1.049	
Multas ANEEL			(233)	(258)
Outras Despesas			(15)	(133)
Subtotal	(16)	(11)	(11.122)	(25.838)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(16)	75	17.324	(14.516)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			23.019	23.098
Ressarcimento das CCERs			26.236	7.120
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			10.138	7.850
Dividendos Prescritos			4.372	
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			570	4.296
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	86	560	2.258
Ganho na Baixa de Bens			1.692	(100)
Outras Receitas		77	53	841
Subtotal	18	163	66.640	45.363
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(28.706)	(28.645)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(11.566)	(12.272)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(35)	(2.306)	(5.629)	(18.475)
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			(1.813)	
Multas ANEEL			(745)	(784)
Outras Despesas		(43)	(129)	(194)
Subtotal	(35)	(2.349)	(48.588)	(60.370)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(17)	(2.186)	18.052	(15.007)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Resultado Financeiro

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos		1	5.758	2.619
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			2.225	1.816
Rendimentos de Aplicações Financeiras	187	281	1.630	1.662
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(1.418)	
Multas e Penalidades Aplicadas			68	625
Receita de Dividendos		4	64	4
Outas Receitas Financeiras	47	1	2.023	78
Subtotal	234	287	10.350	6.804
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(16)		(7.090)	(4.453)
Encargos de Dívidas			(8.383)	(7.261)
Atualização de Benefício pós-emprego			(878)	(1.192)
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)				
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(2.059)	(560)
Outras Despesas Financeiras		(10)	(885)	(274)
Subtotal	(16)	(10)	(19.295)	(13.740)
Resultado Financeiro	218	277	(8.945)	(6.936)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	1	5	11.707	8.376
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			7.279	8.072
Rendimentos de Aplicações Financeiras	522	939	5.728	4.305
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				
Multas e Penalidades Aplicadas			1.458	1.292
Receita de Dividendos	222	551	286	551
Outas Receitas Financeiras	91	3	3.619	133
Subtotal	836	1.498	30.077	22.729
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(26)		(26.191)	(13.936)
Encargos de Dívidas		(886)	(19.089)	(19.310)
Atualização de Benefício pós-emprego			(2.899)	(3.785)
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)		(2.972)		(2.972)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(2.059)	(1.667)
Outras Despesas Financeiras	(29)	(24)	(2.324)	(727)
Subtotal	(55)	(3.882)	(52.562)	(42.397)
Resultado Financeiro	781	(2.384)	(22.485)	(19.668)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(10.943)	89.234	(166.115)	17.904
Lucro/(Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(5.453)	44.466	(82.777)	8.922
Lucro/(Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(5.490)	44.768	(83.338)	8.982
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	4.576	4.576	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas e diluídas	4.607	4.607	4.607	4.607
Lucro (Prejuízo) por ação – R\$:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,1917)	9,7172	(18,0894)	1,9496
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(1,1917)	9,7172	(18,0894)	1,9496

27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Remuneração	161	303	831	720
Demais Benefícios de Curto Prazo	40	(176)	168	(60)
Total	201	127	999	660

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Remuneração	526	573	2.508	1.835
Demais Benefícios de Curto Prazo	144	157	536	515
Total	670	730	3.044	2.350

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

(i) Operações da Controladora com suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/09/2014	31/12/2013
Ativo		66.329	15.882
Contas a Receber, líquida da PDD		50.435	4.204
Governo do Distrito Federal	a	50.435	4.204
Demais Ativos		15.894	11.678
Dividendos/JSCP	b	15.710	11.540
CEB Geração S/A			948
CEB Lajeado S/A		13.896	6.294
CEB Participações S.A		5	1.292
Energética Corumbá III S/A		6	1.203
Corumbá Concessões S/A		1.803	1.803
Outras Operações		184	138
CEB Distribuição S/A	c	184	138
Passivo		1.029	900
Demais Obrigações		1.029	900
CEB Distribuição S/A	d	862	741
CEB Distribuição S/A	e	167	159

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Controladora			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
		30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receitas		32.263	5.602	65.913	30.772
Receita de Prestação de Serviços		32.263	5.602	65.913	30.772
Governo do Distrito Federal	f	32.263	5.602	65.913	30.772
Despesas			11	4	908
Despesas Financeiras					886
Juros de empréstimos					886
CEB Lajeado S.A	g				886
Outras Despesas			11	4	22
Despesa de Locação de Imóvel			11	4	22
CEB Distribuição S.A	h		11	4	22

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF.

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D e que serão repassados através de encontro de contas a CEB.

d) A CEB D possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB D.

f) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretárias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF e totalizaram R\$ 65.913 até o trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e em estudo recente foi apurado que no confronto com os custos/despesas de manutenção e obras estes contratos apresentaram uma margem líquida média de 11,39%.

g) Representa o valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela controlada CEB Lajeado S.A a CEB. Os encargos cobrados sobre este empréstimo era CDI + spread de 0,28 a.m, o empréstimo foi quitado em fevereiro de 2013.

h) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M com vencimento previsto para 17 de fevereiro de 2014. O foi rescindido em janeiro contrato teve sua última parcela paga em fevereiro referente à competência de Janeiro.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/09/2014	31/12/2013
Ativo		124.484	107.129
Contas a Receber, Liquida da PDD		124.484	96.143
Corumbá Concessões S/A	a	198	192
Energética Corumbá III S/A	a	53	34
Governo do Distrito Federal	b	124.233	95.917
Demais Ativos		2.546	10.986
Dividendos/JSCP	c	1.902	10.227
Corumbá Concessões S/A		1.896	1.803
Energética Corumbá III S/A		6	1.203
Investco S/A			7.221
Outras Operações		644	759
Governo do Distrito Federal	d	644	759
Passivo		496.125	402.001
Fornecedores		284.125	185.630
Corumbá Concessões S/A	e	59.404	53.567
Energética Corumbá III S/A	e	4.230	3.032
Governo do Distrito Federal	f	220.491	129.031
Dividendos			4.371
Governo do Distrito Federal	g		4.371
Outras Obrigações		212.000	212.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	h	212.000	212.000

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
		30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receitas		117.867	106.536	282.492	265.415
Receita de Comercialização de Energia	i	740	755	2.171	2.364
Corumbá Concessões S/A		586	597	1.732	1.866
Energética Corumbá III S/A		154	158	439	498
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		116.905	105.489	280.099	262.534
Governo do Distrito Federal	j	116.905	105.489	280.099	262.534
Receita de Dividendos	k	222	292	222	517
BSB Energética S.A				222	517
Investco S.A		64		64	
Despesas		45.329	42.309	130.949	151.203
Energia Comprada para Revenda		45.329	42.309	130.949	122.217
Corumbá Concessões S/A	l	35.982	33.288	103.891	96.365
Energética Corumbá III S/A	l	9.347	9.021	27.058	25.852
Perdas com Contas a Receber					28.986
Governo do Distrito Federal	m				28.986

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) As empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá S.A são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público e pelos serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal - GDF. Em 2011 a CEB D firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 28.237 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07/07/2015. Os valores das tarifas praticadas em 30 de setembro de 2014 para estes contratos são R\$ 198,37 MWh e R\$ 203,98 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.

f) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Em 30 de setembro de 2014 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 220.491, atualizado pelo INPC.

A composição do valor a repassar está apresentado a seguir:

Ano	Valores arrecadados e não repassados	Valores faturados e não arrecadados	Atualização Monetária	Total
2007	804	19	363	1.186
2008	13.211	419	5.538	19.168
2010	12.593	148	4.737	17.478
2013	55.931	191	3.890	60.012
2014	107.842	13.871	934	122.647
Total	190.381	14.648	15.462	220.491

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizado do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) A empresa Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

j) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresentou um montante de R\$ 214.186 que é cobrado de acordo com a tarifa homologada pelo órgão regulador – ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizaram o montante de R\$ 65.913 e em estudo recente foi apurado que no confronto com os custos/despesas de manutenção e obras estes contratos apresentação uma margem líquida média de 11,39%.

k) Representa a receita de dividendos recebidos pela CEB pelo investimento em participação societária em empresas avaliadas pelo custo.

l) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07/07/2015. Os valores das tarifas praticadas em 30 de setembro de 2014 para estes contratos são R\$ 198,37 MWh e R\$ 203,98 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.

(iii) Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB. Vide detalhes das transações na Nota 20.

(d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal - SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

28 SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB D, conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2014 (CEB D) e de 1 de fevereiro de 2014 até 1 de fevereiro de 2015 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 918 com um total segurado de R\$ 371.409.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(165.728)	19.965	(150.983)	57.838
Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período				
Depreciação e Amortização	101	107	39.895	36.828
Resultado de Equivalência Patrimonial	169.226	(25.630)	20.881	(17.906)
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível			(1.692)	100
Receita de Construção			(102.100)	(148.922)
Custo de Construção - Concessão			102.100	148.922
Provisão para Devedores Duvidosos			17.451	38.701
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			1.813	
Dividendos Prescritos			(4.372)	
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública			5.192	
Encargos da Dívida		886	19.704	20.630
Ajuste a Valor Presente			11	15
Custo da Transação com Empréstimos		2.974		2.974
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	22	2.220	5.074	16.217
Dividendos Recebidos - Custo	(222)	(551)	(286)	(552)
	169.127	(19.994)	103.671	97.007
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Aplicações Financeiras				9.237
Contas a Receber	(46.713)	1.503	(99.179)	13.620
Estoques	1.978	(2.323)	12.569	(14.771)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(177)	(9)	(5.197)	(246)
Tributos e Contribuições Compensáveis	73	1.371	(1.598)	(3.007)
Demais Créditos	4.554	68	(30.754)	(15.113)
	(40.285)	610	(124.159)	(10.280)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	2.007	1.859	46.246	(7.671)
Obrigações Tributárias	170	(2.979)	44.803	17.644
Contribuição de Iluminação Pública			94.155	47.482
Encargos Regulatórios			20.588	(11.163)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	184	164	135	2.013
Benefícios Pós Emprego			(15.840)	(18.998)
Demais Obrigações	6	(262)	(1.196)	(1.841)
Outras Variações Ativas e Passivas	(553)	(212)	9.370	(14.277)
	1.814	(1.430)	198.261	13.189
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	31.791	16.127	13.925	10.341
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(5.764)	(5.508)
Pagamento de Encargos da Dívida		(1.534)	(16.979)	(21.733)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(34)	(553)	(43)	(553)
	31.757	14.040	(8.861)	(17.453)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	(3.315)	13.191	17.929	140.301

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 04 de novembro de 2014.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

CAUBI PEREIRA DE SANTANA

Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO

Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR

**Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores**

THIAGO CAVALCANTE SANTOS

Contador

CRC – DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Brasília S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme nota explicativa nº15, a Controlada CEB Distribuição S.A, possui registrado na rubrica de fornecedores o montante de R\$394.899 mil, dos quais R\$20.049 mil, oriundos de fornecimento de materiais e serviços, encontram-se em fase de conciliação pela Administração e, até a conclusão de nossa revisão, não havia sido finalizada. Como consequência, em função do atual estágio em que se encontra essa conciliação, encontramos-nos impossibilitados de concluir sobre a adequação do saldo de fornecedores, bem como avaliar os possíveis impactos no resultado e seus efeitos tributários, decorrentes deste tema, em 30 de setembro de 2014.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeito da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfases

A controlada direta CEB Distribuição S.A., efetua a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica da contribuição de iluminação pública- CIP, no entanto, embora devidamente provisionada, não vem repassando os valores representativos dessa contribuição de iluminação pública em sua totalidade, para o Governo do Distrito Federal. Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº1.2.(ii). As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.a, entrou em operação no dia 8 de novembro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores no Brasil. Para que essa operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As demonstrações contábeis dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso dessa controlada não conseguir tornar suas atividades similares à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 6.d, os faturamentos correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica “Contas a receber”, cujo saldo, em 30 de setembro de 2014, totaliza R\$174.668 mil. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Em 01 de agosto de 2014, a Administração recebeu ofício conjunto do Governo do Distrito Federal (GDF), solicitando a instrução de Processo Administrativo demonstrando os valores a receber junto ao Governo, para que possam efetuar a análise do pleito de reconhecimento dos débitos, e posterior negociação. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, bem como esses mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº 18 a), a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$105.621 mil, referente aos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. No exercício de 2013, a Administração da Companhia desenvolveu estudo jurídico interno que concluiu sobre a prescrição de tais valores, no entanto, o parecer jurídico orientou consulta prévia ao órgão regulador (ANEEL) antes que fosse procedida a baixa contábil. A Administração formalizou a consulta prévia ao órgão regulador que, até a conclusão de nossa revisão, não havia se manifestado sobre o assunto. Como consequência, não é possível assegurar se tais passivos serão exigidos pelos valores apresentados nas demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2014. Nossa revisão não possui modificação relacionada a este assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota nº 1.2 (c) a coligada Corumbá Concessões S.A. reconheceu a procedência do pleito da Serveng- Civilsan S.A. e condenou a coligada Corumbá Concessões S.A. ao pagamento do valor de R\$118.254 mil em 60 dias. Em virtude desse evento, a Coligada apresentou excesso de passivo sobre ativos circulantes em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$104.744 mil. A administração e seus acionistas estão em processo de prospecção de crédito para alavancagem financeira para liquidação da referida obrigação. Nossa revisão não possui modificação relacionada a este assunto.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos descritas no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2013, utilizadas para fins de comparação foram auditadas/revisadas por outros auditores independentes, contendo ressalva quanto à ausência de conciliação dos fornecedores e ênfases quanto aos seguintes assuntos: i) créditos junto ao Governo do Distrito Federal, vencidos há longa data, ii) Não repasse da contribuição da iluminação pública ao Governo do Distrito Federal; iii) pelo histórico de deficiência no capital de giro da Controlada CEB Distribuição S.A.; iv) Risco de continuidade da controlada Companhia Brasileira de Gás- CEBGÁS; v) pela situação financeira desfavorável da coligada Corumbá Concessões S.A e pela reapresentação dos valores conforme CPC 33.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF

Alfredo Ferreira Marques Filho Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 SP 154954/O-3–S–DF Contador CRC 1 GO 014553/O-S-DF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, SGCVS lote 15 bloco C, 2º E 3º andares, ed. Jade Home Office, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às informações financeiras da Companhia Energética de Brasília - CEB referentes ao 3º trimestre de 2014, encerrado em 30 de setembro de 2014; e,

(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da Companhia Energética de Brasília - CEB relativas ao 3º trimestre de 2014, encerrado em 30 de setembro de 2014.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

CAUBI PEREIRA DE SANTANA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, SGCVS lote 15 bloco C, 2º E 3º andares, ed. Jade Home Office, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às informações financeiras da Companhia Energética de Brasília - CEB referentes ao 3º trimestre de 2014, encerrado em 30 de setembro de 2014; e,

(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da Companhia Energética de Brasília - CEB relativas ao 3º trimestre de 2014, encerrado em 30 de setembro de 2014.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

CAUBI PEREIRA DE SANTANA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores